



VERITAS BIBLIOTECA REFORMADA
E MONERGISMO APRESENTAM

O Pacto



A PARTIR DA DOGMÁTICA REFORMADA
DE HERMAN HOEKSEMA



VERITAS BIBLIOTECA REFORMADA

E MONERGISMO APRESENTAM

O Pacto



A PARTIR DA DOGMÁTICA REFORMADA

DE HERMAN HOEKSEMA

O Pacto

Traduzido por Felipe Sabino e Thiago McHertt
a partir do original em inglês
Reformed Dogmatics — Vol 1, III, 19.
Copyright © 2017 Herman Hoeksema

Primeira Edição em Português | Abril de 2017.

Produção Literária e Gráfica:

www.MONERGISMO.com

www.VERITASBR.com

Todos os direitos desta publicação estão disponíveis sob a licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial-NoDerivs 3.0 Unported License e pertencem a VeritasBR.com. Você é livre para copiar, distribuir e transmitir esta obra, desde que o crédito seja atribuído ao(s) seu(s) autor(es) - mas não de maneira que sugira que este(s) conceda(m) qualquer aval a você ou ao seu uso da obra. Você não pode utilizar esta obra para finalidades comerciais, nem alterar seu conteúdo, transformá-lo ou incrementá-lo.



O PACTO

O CONSELHO DE DEUS E O PACTO

A terceira parte da dogmática (*locus*) trata da pessoa e da obra de Cristo, o mediador de Deus e os homens, e o cabeça do pacto.

O Senhor Deus mantém e estabelece seu pacto não apenas visitando o transgressor com a sua ira, trazendo sobre ele a morte e a maldição, e manifestando dessa forma que apenas na comunhão da amizade com Deus há vida e alegria, mas também por revelar o pacto da sua amizade em Cristo Jesus, nosso Senhor. Deus sempre executa seu conselho, mesmo através de meios como Satanás e o pecado, e por meio do pecado ele faz com que o povo do seu pacto alcance a glória maior e se torne uma manifestação da glória da sua graça.

É verdade que o primeiro homem caiu da presença de Deus por causa da desobediência devassa, e o homem é a parte culpada, enquanto Deus é justo. Mas não é menos verdade que a queda do homem no pecado ocorreu de acordo com o determinado conselho e vontade de Deus, e em essência, o pecado não pode ser nada além de um meio através do qual Deus executa o seu bom prazer em relação ao pacto da sua amizade. Por nenhum momento devemos nutrir a ideia de que o Senhor Deus foi compelido a mudar seu plano original em relação a todas as coisas por causa da queda no pecado. Deus é um. E portanto, é também um em todas as obras de suas mãos. Seu conselho é um. A execução do seu conselho também deve ser uma.

Deus sempre continua a executar o seu conselho. Mesmo quando nos parece existirem poderes capazes de impedir Deus de executar o seu conselho, opostos à realização deste conselho (pelo menos por um tempo), a fim de frustrá-los, e que podem compelir o Senhor Deus a usar diferentes meios e seguir caminhos diferentes dos quais ele havia escolhido a princípio, na realidade, apenas Deus é Deus, e os mesmos poderes que se opõem a ele devem, apesar disso, servir à execução do seu conselho, mesmo contra a sua própria vontade.

Também é assim com o pecado. É verdade, deparamo-nos com um problema aqui, um mistério que não podemos sondar com o nosso entendimento limitado, obscurecido através do pecado, quando queremos sustentar que também por meio e através da queda do primeiro homem Deus executou o seu conselho. Mas é também verdade que nos colocaríamos em problemas muito mais sérios se tentássemos negar essa verdade e deixar toda a história do mundo dar voltas em torno da vontade do homem.

CRISTO E O PACTO

Portanto, devemos sustentar que a queda de Adão aconteceu de acordo com o conselho da vontade de Deus a fim de, através dessa queda, abrir o caminho para a vinda do segundo Adão, o Senhor que está nos céus. “O primeiro homem, da terra, é terreno; o segundo homem, o Senhor, é do céu. Qual o terreno, tais são também os terrestres; e, qual o celestial, tais também os celestiais. E, assim como trouxemos a imagem do terreno, assim traremos também a imagem do celestial” (1Co 15.47-49). Porém, “não é primeiro o espiritual, senão o natural; depois o espiritual” (v. 46). Por essa razão Adão é também chamado de a imagem daquele que haveria de vir, ou seja, Cristo (Rm 5.14). Se o conselho de Deus deve ser realizado e o Senhor dos céus deveria vir, era necessário que o pecado entrasse no mundo a fim de que o primeiro Adão fosse removido para abrir caminho para o segundo Adão.

Desde a eternidade Deus havia desejado, em seu conselho, revelar a glória da sua vida pactual em sua maior manifestação. Essa maior manifestação possível da revelação da vida pactual de Deus não poderia ser alcançada no primeiro Adão, mas apenas no segundo homem, o Senhor dos céus, Emanuel, Deus conosco. Portanto, procuraremos apresentar uma concepção verdadeira e escriturística do pacto de Deus a fim de entender o significado da pessoa e da obra de Cristo, pois nele o pacto de Deus não foi apenas restaurado, mas também trazido à sua maior realização possível. Portanto, trataremos desse pacto e o seu conceito nessa relação.

O *PACTUM SALUTIS* OU PACTO DA REDENÇÃO

Quase todos os teólogos reformados desde o século dezessete falam de um *pactum salutis*, um pacto da redenção, também chamado de *de raad des vredes*, o conselho de paz. Pode ser mencionado o fato de que não existe nenhuma unanimidade entre os teólogos com respeito à questão do que se quer dizer por *pactum salutis*. De acordo com alguns, ele é um acordo entre o Pai e o Filho, entre a primeira e a segunda pessoa da Trindade. De acordo com outros, os quais entendem que o Espírito Santo não pode ser excluído de tal pacto, o *pactum salutis* é um acordo ou pacto entre as três pessoas da santíssima Trindade. Enquanto outros ainda, não estão bem certos se essa aliança é um pacto entre o Pai e o Filho ou entre o Deus triúno e Cristo como o cabeça do pacto. Em adição, o fundamento bíblico sobre o qual essa doutrina foi originalmente baseada é de certa forma fraco e dúbio.

PROVAS TRADICIONAIS PARA O *PACTUM SALUTIS*

O termo *pactum salutis* é derivado de Zacarias 6:12-13:

E fala-lhe, dizendo: Assim diz o SENHOR dos Exércitos: Eis aqui o homem cujo nome é Renovo; ele brotará do seu lugar, e edificará o templo do SENHOR. Ele mesmo edificará o templo do Senhor, e ele levará a glória; assentar-se-á no seu trono e dominará, e será sacerdote no seu trono, e conselho de paz haverá entre ambos os ofícios.



Esse conselho de paz (*raad des vredes*) é explicado como um pacto entre Jeová e o Renovo, e portanto, como um pacto entre o Pai e o Filho. Mas como é evidente, isso é baseado em uma interpretação errônea do texto. O conselho de paz não se refere de forma alguma a um pacto entre o Pai e o Filho, mas a uma harmoniosa relação entre o rei e o sacerdote unidos na pessoa do Renovo.

Os proponentes de um pacto entre o Pai e o Filho encontram esse pacto da redenção (*pactum salutis*) ou conselho de paz (*raad des vredes*) em outras passagens da Escritura Sagrada. Eles se referem ao Salmo 89.19-37:

Então falaste em visão ao teu santo, e disseste: Pus o socorro sobre um que é poderoso; exaltei a um eleito do povo. Achei a Davi, meu servo; com santo óleo o ungi, com o qual a minha mão ficará firme, e o meu braço o fortalecerá. O inimigo não o importunará, nem o filho da perversidade o afligirá. E eu derrubarei os seus inimigos perante a sua face, e ferirei aos que o odeiam. E a minha fidelidade e a minha benignidade estarão com ele; e em meu nome será exaltado o seu poder. Porei também a sua mão no mar, e a sua direita nos rios. Ele me chamará, dizendo: Tu és meu pai, meu Deus, e a rocha da minha salvação. Também o farei meu primogênito mais elevado do que os reis da terra. A minha benignidade lhe conservarei eu para sempre, e a minha aliança lhe será firme, e conservarei para sempre a sua semente, e o seu trono como os dias do céu. Se os seus filhos deixarem a minha lei, e não andarem nos meus juízos, se profanarem os meus preceitos, e não guardarem os meus mandamentos, então visitarei a sua transgressão com a vara, e a sua iniquidade com açoites. Mas não retirarei totalmente dele a minha benignidade, nem faltarei à minha fidelidade. Não quebrarei a minha aliança, não alterarei o que saiu dos meus lábios. Uma vez jurei pela minha santidade que não mentirei a Davi. A sua semente durará para sempre, e o seu trono, como o sol diante de mim. Será estabelecido para sempre como a lua e como uma testemunha fiel no céu.

De forma enfática, aqui há uma menção ao pacto de Deus com Davi e o seu descendente, ou seja, Cristo. Se o pacto é considerado como um contrato ou acordo, a conclusão a ser tirada disso é que havia um pacto eterno entre o Pai e o Filho.

Base bíblica para esse pacto entre o Pai e o Filho também é encontrada em Lucas 22.29: “E eu vos destino o reino, como meu Pai destinou a mim”. Ênfase é posta na palavra original para “destino”, διατίθεμαι [diatithemai] (*destinar por meio de um testamento ou pacto*). Da mesma palavra é derivado o termo διαθήκη [diathēkē — *pacto*]. Consequentemente, o texto em Lucas quer dizer que por meio de um pacto o reino foi destinado à Cristo. De novo, sendo o pacto entendido como um acordo entre duas partes, a conclusão era que havia um acordo eterno entre o Pai e o Filho.

Um apelo também é feito ao texto de Gálatas 3.16-17:

Ora, as promessas foram feitas a Abraão e à sua descendência. Não diz: E às descendências, como falando de muitas, mas como de uma só: E à tua descendência, que é Cristo. Mas digo isto: Que tendo sido a aliança anteriormente confirmada por Deus em Cristo, a lei, que veio quatrocentos e trinta anos depois, não a invalida, de forma a abolir a promessa.

Esse texto é considerado como um fundamento para o *pactum salutis* como um pacto entre o Pai e o Filho. Quem defende essa visão negligencia o fato de que o pacto, que aqui é dito ter sido estabelecido em Cristo, por certo é o mesmo pacto estabelecido com Abraão e a sua

descendência. Também negligenciam o fato de que as promessas faziam referência ao próprio Cristo *par excellence*, embora tenham sido feitas a Abraão e sua descendência. Negligenciando esses fatos e ignorando também o fato de que deve ser feita uma distinção entre Cristo como mediador e como o eterno Filho de Deus, eles consideram o texto como uma base para o *pactum salutis* estabelecido na eternidade, entre o Pai e o Filho.

Além dessas, há muitas outras referências na Escritura consideradas como base para essa visão do pacto entre as duas pessoas da santíssima Trindade. De forma especial, os textos nos quais o Cristo é apresentado como enviado numa missão pelo Pai, e nos quais Cristo é chamado de o servo de Jeová, assim como os textos nos quais Cristo é apresentado como o fiador do pacto. Já foi argumentado que ninguém pode ser o fiador se não houver um contrato, ou acordo, ou pacto entre o credor e o devedor. Hebreus 7.22 fala, de forma literal, de um pacto como esse: “De tanto melhor aliança Jesus foi feito fiador”.

Não se pode negar que muito raciocínio escolástico e distinções sutis caracterizaram o desenvolvimento dessa doutrina, e que os desenvolvedores desta partiram de uma definição mecânica do pacto como um acordo entre duas partes, com estipulações, condições e promessas mútuas. Essa definição foi aplicada ao *pactum salutis* como um acordo entre o Pai e o Filho, algumas vezes incluindo o Espírito Santo, embora o papel do Espírito Santo nesse pacto foi deixado um tanto dúbio. Como resultado o pacto da redenção, ou conselho de paz, foi apresentado com frequência como uma barganha entre o Pai e o Filho. Os teólogos podiam descrever com exatidão quais as demandas do Pai ao filho nesse pacto, quais as condições estipuladas por ele, as promessas feitas, assim como o que o Filho concordou em fazer e as demandas feitas ao Pai.

A POSIÇÃO DE PETRUS VAN MASTRICHT

Mastricht fala do pacto da graça em duas partes: o primeiro é eterno, o outro é temporal, ou no tempo. O pacto eterno é o *pactum salutis*, definido por ele da seguinte forma:

A transação e acordo pessoal e econômico entre o Pai e o Filho, de acordo com o qual o Pai demandou do Filho desde a eternidade todo necessário para adquirir a eterna salvação para os eleitos, e prometeu a ele como recompensa, entre outras coisas, a glória de um mediador; enquanto na outra parte, o Filho consentiu com a demanda, e da sua parte demandou para si mesmo o cumprimento das promessas feitas para o benefícios de ambas as partes.¹

Ele enfatiza que esse um pacto consiste de um acordo entre duas partes iguais, o Pai e o Filho. O propósito desse pacto é a restauração do pecador eleito. Nessa pacto, o Pai promete ao Filho investir sobre ele o mais glorioso e importante ofício de mediador; o apontar como um profeta e luz aos gentios; aceitar tudo o que ele fará pelos seus como sumo sacerdote e rei; dar a ele os eleitos como herança; suportá-lo em seu favor em toda a sua obra de mediação; fortalecê-lo em todas as dificuldades e obstáculos encontrados; glorificá-lo através da ressurreição dos mortos; exaltá-lo no céu e no seu assentar à sua destra; dar a ele todo o poder no céu e na terra, poder também para julgar os vivos e os mortos; exaltá-lo nas alturas e dar a ele um nome acima de todos os nomes; dar a ele uma descendência inumerável.

Nesse pacto o Pai demanda do Filho que ele faça todo o necessário para a salvação do

¹ Petrus van Mastricht, *Beschouwende en Praktikale Godgellerdheit*, traduzida por Cornelius Vander Kemp, 4 vols. (Rotterdam: Hendrik van Pelt, 1749), vol. 2, 373 (tradução do autor).



pecador eleito, principalmente, assumir a carne e sangue dos filhos; sofrer de forma voluntária todas as coisas, mesmo a morte na cruz; apresentar sua alma como uma oferta pelo pecado; distribuir entre os eleitos todos os dons do Espírito — regeneração, fé, conversão, amor e assim por diante. Essas promessas e demandas são os atos do Pai no pacto.

Nesse pacto o Filho promete obedecer todas as demandas do Pai, e demanda que o Pai cumpra com ele todas as promessas enumeradas acima. Nesse pacto eterno da redenção, ou conselho de paz, Cristo é feito o fiador do seu povo.

A POSIÇÃO DE FRANCIS TURRETIN

Turretin faz a mesma distinção entre o pacto com Cristo e o pacto com os eleitos em Cristo:

Digo ser supérfluo discutir sobre isso [se o pacto é feito com Cristo, ou em Cristo com toda a sua descendência — HH.] pois isso equivale a mesma coisa. É certo que um pacto de duas partes deve ser entendido aqui, ou as duas partes e graus de um e mesmo pacto. O primeiro é o acordo entre o Pai e o Filho em levar adiante a obra da redenção. O último é o que Deus faz com os eleitos em Cristo, para salvá-los por meio e por conta de Cristo sob as condições da fé e do arrependimento. O primeiro foi feito com o fiador e cabeça pela salvação dos membros; o último foi feito com os membros ligados à cabeça e ao fiador.²

A POSIÇÃO DE WILHELMUS À BRAKEL

A mesma apresentação é usada em à Brakel. Ele fala de partes do *pactum salutis*, sobre as pessoas a quem tal pacto beneficiaria, e descreve a obra de ambas as partes. Porém, nem sempre é claro se de acordo com ele o pacto é feito entre Deus e Cristo ou entre o Pai e o Filho. Com frequência, ele fala desse pacto como sendo feito entre Deus e Cristo: “Primeiro, consideraremos as partes pactuantes: Deus o Pai e o nosso Senhor Jesus Cristo”.³ Fazendo referência ao Salmo 89.28 e 34 ele diz: “A prova de que aqui há uma menção ao pacto entre Deus o Pai e nosso Senhor Jesus Cristo é claramente evidente”.⁴ Mais adiante, “[...] assim, é evidente, há um pacto entre o Senhor e Cristo”.⁵ Também, “logo, nós temos aqui o pacto, as promessas, e o fato de que essas foram feitas a Cristo, assim como o fato de que esse pacto foi confirmado em Cristo. Portanto, há um pacto entre Deus e Cristo”.⁶

Contudo ele deixa a impressão de que o *pactum salutis* é um pacto feito entre o Pai e o Filho como a primeira e a segunda pessoas da santíssima Trindade:

Pelo fato do Pai e o Filho serem um em essência, e assim tem uma vontade e um

2 Francis Turretin, *Instutes of Eletinc Theology*, tradução de George M. Giger, ed. James T. Dennison, 3 vols. (Philipsburg, NJ: Presbyterian & Reformed, 1992—1997), vol. 2, 12.2.12, 177.

3 Wilhelmus à Brakel, *The Cristian's Reasonable Service*, trad. Bartel Elshout, 4 vols. (Ligonier: Soli Deo Gloria, 1992—1995), vol. 1, 252.

4 Ibid., 253.

5 Ibid., 253.

6 Ibid., 255.

objetivo, qual a possibilidade de haver uma transação pactual entre os dois, quando tal transação requer o envolvimento mútuo de duas vontades? Não estaremos então separando demais as pessoas da divindade? A isso eu respondo: à medida que a pessoalidade está envolvida, o Pai não é o Filho e o Filho não é o Pai. A partir dessa consideração, a unidade da vontade divina pode ser vista de uma perspectiva dupla. É a vontade do Pai redimir pela agência da segunda pessoa como fiador, e é a vontade do Filho redimir por meio da sua própria agência como fiador.⁷

É evidente que há aqui uma carência de distinção mais clara e pontual.

A POSIÇÃO DE CHARLES HODGE

Hodge também fala desse pacto da redenção:

Por isso se tem em mente o pacto entre o Pai e o Filho em referência à salvação do homem. Esse é um tema que, por sua natureza, fica inteiramente além da nossa compreensão. Devemos receber os ensinamentos da Escritura com referência a isso sem pretender penetrar o mistério que naturalmente lhe pertence. Há um só Deus, um só Ser divino, a quem pertencem todos os atributos da Deidade, porém, subsistem três pessoas, de mesma substância e iguais em poder e glória. É da natureza da personalidade que uma pessoa é objetiva a outra. Se, pois, o Pai e o Filho são pessoas distintas, uma pode ser o objeto dos atos da outra. Uma pode amar, dirigir-se e comungar com a outra. O Pai pode enviar o Filho, dar-lhe uma obra para realizar e prometer-lhe uma recompensa. Tudo isso nos é, aliás, incompreensível, porém, sendo claramente ensinado na Escritura, dever fazer parte da fé cristã.⁸

Hodge também continua a descrever as estipulações, condições e promessas desse pacto entre o Pai e o Filho, e em especial, a obra ordenada ao redentor, ou seja, ao Filho, e as promessas feitas a ele.

A POSIÇÃO DE GEERHARDUS VOS

O Dr. G. Vos trata desse assunto no locus da antropologia, em conexão com o assunto do pacto da graça. Ele parte do princípio da parte no pacto da graça. Sobre isso, ele diz:

1. Alguns concebem Deus como uma parte, e o homem como a outra parte.
2. Outros vêem as partes como Deus o Pai representando a Trindade e Deus o mediador representando os eleitos.
3. Desde Coccejus a concepção comum é que existem dois pactos: um entre o Pai e o Filho, o pacto da redenção, e um entre Deus e os eleitos, baseada no pacto da redenção, chamada de pacto da graça. A segunda concepção é preferível de um ponto de vista sis-

⁷ Ibid., 252.

⁸ Charles Hodge, *Teologia Sistemática*, trad. Valter Martins, 1 vol. (São Paulo: Hagnos, 2011). 3.2.§4, 751.



temático, mas a terceira é mais compreensível e melhor para fins práticos.⁹

Então ele discursa sobre o *pactum salutis*, o conselho de paz ou o pacto da redenção. Ele escreve que embora o nome *conselho de paz* como um termo para o pacto da redenção não possa ser derivado de forma justa a partir de Zacarias 6.13, o nome *conselho de paz* pode ainda assim ser mantido, pois expressa de forma correta o ensino da Escritura sobre isso.

Então ele descreve as demandas e as promessas do pacto da redenção:

Quais são as estipulações do pacto no conselho de paz?

1. O Filho, como fiador dos eleitos, deve assumir nossa natureza humana, e mesmo antes de assumir a sua natureza humana, deve levar a cabo a obra de mediação sob a dispensação do Antigo Testamento.
2. Como fiador, ele deve colocar a si mesmo debaixo da lei, a fim de satisfazer a dívida deles através da obediência passiva e a fim de herdar a vida eterna através da obediência ativa.
3. O Filho deve se certificar de que todos aqueles dados a ele pelo Pai entrem no pacto da graça; não apenas por direito jurídico, mas por viver de acordo com ele através do Santo Espírito.

Quais eram as promessas desse pacto para o Filho?

1. Na sua natureza humana ele seria qualificado com o Espírito para o cumprimento dos seus ofícios.
2. Ele seria fortalecido e confortado na realização da sua tarefa.
3. Ele seria exaltado em proporção à sua humilhação.
4. Ele receberia o Espírito Santo depois de sua ascensão a fim de formar o seu corpo e cumprir o pacto.¹⁰

Então ele define o *pactum salutis* da seguinte maneira:

O conselho de paz é o acordo entre a vontade do Pai de dar o Filho como cabeça e redentor dos eleitos, e a vontade do Filho em dar a si mesmo como fiador por eles.¹¹

Vos apresenta o *pactum salutis* ou pacto da redenção como decorrente do conselho da predestinação. Quanto a conexão entre eles, o *pactum salutis* é o começo da execução do conselho da predestinação. Quanto a conexão entre o *pactum salutis* e o pacto da graça, ele escreve:

1. O conselho de paz é o modelo eterno para o pacto da graça no tempo.
2. O conselho de paz é o fundamento eterno para a aplicação do pacto da graça.¹²

A POSIÇÃO DE HERMAN BAVINCK

O Dr. Bavinck também escreve sobre o *pactum salutis*:

Para a dogmática, tanto quanto para a vida cristã, a doutrina da aliança é da

⁹ Geerhardus Vos, *Systematische Theologie: Compendium* (Grand Rapids: Eerdmans, 1998), 76.

¹⁰ Ibid., 76, 77.

¹¹ Ibid., 77.

¹² Ibid., 78.

maior importância. A igreja e a teologia reformadas entenderam esse fato mais claramente que as igrejas católica romana e luterana. Baseando-se na Escritura, interpretou consistentemente a verdadeira religião do Antigo e Novo Testamentos como uma aliança entre Deus e os seres humanos, quer tenha sido estabelecida com a humanidade antes da queda (aliança das obras), com a criação em geral na pessoa de Noé (aliança com a natureza) ou com o povo escolhido (aliança da graça). Mas ela não parou por aí. Em vez disso, procurou e encontrou para essas alianças feitas no tempo, um fundamento estável, eterno, no conselho de Deus, e, novamente, considerou esse conselho — concebido como objetivando a salvação da raça humana — como uma aliança entre as três pessoas divinas (*pactum salutis*, conselho de paz, a aliança da redenção). Essa última aliança mencionada ocorre, breve e materialmente, já em Oleviano, Junius, Gomarus e outros e foi desenvolvida em detalhes por Cloppenburg e Cocceius. Subsequentemente, recebeu um lugar fixo na dogmática de Burman, Braun, Witsius, Vitringa, Turretin, Leydekker, Maastricht, Marck, Moor e à Brakel, para finalmente ser refutado por Deurhof, Wesselius e outros, e aos poucos foi banida completamente da dogmática.

O desenvolvimento da doutrina do *pactum salutis* [o pacto trinitariano da salvação] entre os reformados não ficou livre da sutileza escolástica. O texto clássico (Zc 6.13) citado em apoio a essa doutrina não prova nada e só afirma que o Messias, que une em sua pessoa o reinado e o sacerdócio, contemplará e promoverá a paz do seu povo (Keil).

De Jó 17.3; Isaías 38.14; Salmo 119.22 (nenhum dos quais se refere ao Messias) e de Hebreus 7.22 (onde somos informados que somente Cristo, porque vive para sempre, é a garantia de que a nova aliança continuará para sempre) foi inferido que, no pacto da salvação, Cristo se tornou, desde a eternidade, o fiador não de Deus para nós, como Crell e Limborch alegavam (pois Deus sendo fiel, não precisaria de fiador), mas nosso diante de Deus, como Cocceius, Witsius e outros tentaram defender. Além disso, dos juristas, os debatedores derivavam a distinção entre um *fideiussor* (aquele que dá a garantia em antecipação, um fiador) e um *expromissor* (aquele que promete pagar em nome de outra pessoa) e discutiram a questão de se, no “pacto da salvação”, Cristo tomou sobre si os pecados dos eleitos do Antigo Testamento “condicionalmente” ou “absolutamente”. A primeira foi a posição de Cocceius, Wittichius, Allinga, Van Til, d’Outreim Perizonius e outros; a segunda foi a posição de Leydekker, Turretin, Maastricht, Voetius e outros. Finalmente, discutiram se esse pacto de salvação era mais parecido com um “testamento” (recorrendo a Lc 22.19; Jo 17.24; Hb 6.17; 8.6; 9.1; 13.20), como Cocceius, Burman, Heidegger e Schiere alegavam ou como uma “aliança”, como Leydekker, Wesselius e outros afirmavam.¹³

Mais adiante, Bavinck sustenta que embora esse *pactum salutis* como uma doutrina é ainda muito defeituosa, ainda assim ela é baseada em um pensamento fundamentalmente bíblico; e ele aponta para várias passagens da Sagrada Escritura para provar sua afirmação. Ele então continua.

A Escritura nos oferece um retrato multifacetado e glorioso da obra de redenção. O pacto de salvação torna conhecida a nós as relações e a vida das três pessoas do Ser Divino como uma vida actual, uma vida de autoconsciência e liberdade perfeitas. Aqui, dentro do Ser divino, a aliança floresce inteiramente. Enquanto a aliança entre Deus e a humanidade — por causa

¹³ Herman Bavinck, *Dogmática Reformada*, trad. Vagner Barbosa, 4 vols. (São Paulo: Cultura Cristã, 2012), vol. 3, 219-220.



da distância infinita entre as partes — tem sempre mais ou menos o caráter de um concessão (διαθήκη) [diathēkē] soberana, aqui, entre as três pessoas, há um pacto (συνθήκη) no pleno sentido da palavra. A maior liberdade e a mais perfeita harmonia coincidem. A obra da salvação é um empreendimento das três pessoas, no qual todas cooperam e cada uma realiza uma tarefa especial. Nos decretos, inclusive nos da predestinação, a vontade única de Deus ocupou o primeiro plano e seu caráter ainda foi obscurecido. Mas aqui, no pacto da salvação, a obra da redenção se sobressai em seu pleno esplendor divino. Ela é a obra divina *par excellence*. Assim como, no tempo da criação da humanidade, Deus intencionalmente delira consigo mesmo com antecedência (Gn 1.26) assim também, na obra da recriação, cada uma das três pessoas, ainda mais claramente, age em seu próprio caráter distinto, mas é uma obra somente de Deus: dele, através dele e para ele são todas as coisas. Nenhum ser humano lhe deu um conselho ou alguma dádiva para que seja restituído [cf. Rm 11.34-36]. É somente o Deus trino, Pai, Filho e Espírito, que, em conjunto, concede, determina, executa e completa toda a obra de salvação.¹⁴

Fica claro que Bavinck faz uma tentativa intencional de evitar todas as distinções escolásticas e sofismas sutis que caracterizam a definição e descrição do *pactum salutis* com tanta frequência. Ele não fala de condições, demandas e promessas estipuladas neste pacto da redenção, as quais muitos dogmáticos sabem como descrever em detalhes. Ele contempla no conselho de paz o vivo e triúno Deus pactual, em quem o pacto tem a sua completa e eterna realidade. Isso nos atrai. Na doutrina do pacto nós temos de lidar com o Deus vivo em especial, o qual de eternidade em eternidade vive a perfeita vida pactual em si mesmo.

Por certo, devemos ser cuidadosos para que, ao descrever o *pactum salutis*, não percamos o Deus vivo de vista, para não inserirmos tempo na eternidade, e não apresentarmos a questão como se uma determinada barganha fosse realizada entre o Pai e o Filho, com estipulações, condições e promessas mútuas. Com certeza, Bavinck procurou evitar isso. Porém, não se pode negar que a apresentação do *pactum salutis* feita por Bavinck não é muito clara e definida. Ele não oferece uma definição desse pacto. Parece que para Bavinck, o *pactum salutis* também é um acordo, nesse caso, entre as três pessoas da santíssima Trindade, e que esse acordo entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo foi feito tendo em vista a redenção dos eleitos de forma especial. O *pactum salutis* é subordinado à salvação. A salvação é o propósito ou o fim; o *pactum salutis* é o meio para alcançar o fim. A ideia do pacto continua sendo uma concepção subordinada, e o principal ponto é a redenção dos eleitos.

A POSIÇÃO DE LOUIS BERKHOF

Berkhof escreve de maneira elaborada sobre o *pactum salutis*. Como Vos, ele define o pacto da redenção como “o acordo entre o Pai, dando o Filho como cabeça e redentor dos eleitos, e o Filho, tomando o lugar daqueles que o Pai deu a ele de forma voluntária”.¹⁵ Ele descreve com grandes detalhes as estipulações, condições e as promessas do pacto. Ao falar dos requerimentos que o Pai fez ao Filho, ele escreve em geral que o Filho deveria fazer restauração pelos pecados do seu povo e cumprir tudo o que Adão falhou em fazer, e ele descreve em detalhes o que está incluso nesses requerimentos. Foi requerido pelo Pai que o Filho assumisse a natureza humana sendo nascido de uma mulher, uma natureza humana fraca, mas sem pecado; se colocar debaixo da lei e levar sobre si a penalidade do pecado; e aplicar aos eleitos todos os frutos dos

¹⁴ Ibid., 221.

¹⁵ Louis Berkhof, *Systematic Theology*, 4a ed. (Grand Rapids: Eerdmans, 1965), 255ff.

seus méritos. Quanto às promessas, o Pai prometeu ao Filho lhe preparar um corpo; o dotar e ungir com o Espírito; o sustentar, livrando-o da morte, e o capacitar a destruir o domínio de Satã, e a estabelecer o reino de Deus; e o capacitar a enviar o Espírito para a formação do seu corpo espiritual. Além disso, o Pai prometeu ao Filho uma descendência mais numerosa que as estrelas no céu e a areia do mar e, por fim, poder no céu e na terra e a glória especial de um mediador.

Aqui as objeções contra os defeitos da atual apresentação do *pactum salutis* aparecem em luz ofuscante. Como em todas as outras apresentações, o pacto é apresentado como um contrato ou um acordo, nesse caso entre o Pai e o Filho; é decorrente do decreto da predestinação, e assim, é subordinado à ideia da redenção como o meio para um fim. Além disso, o *pactum salutis* é definido aqui como um acordo entre o Pai como a primeira pessoa da santíssima Trindade e o Filho como a segunda pessoa, não entre o Deus triúno e Cristo como a cabeça e o mediador do seu povo. Isso é evidente pois, de acordo com Berkhof, no *pactum salutis*, o Filho não se apresenta como Cristo, mas através do pacto da redenção ele se torna o Messias. Mais adiante, é evidente que o Espírito Santo, a terceira pessoa da santíssima Trindade, não é uma das partes neste pacto. Tudo é decidido sobre ele, mas não com ele. Isso realmente implica em uma negação da Trindade, mesmo que Berkhof, por óbvio, não tenha a intenção de negar essa doutrina fundamental. Por fim, até mesmo o Filho é subordinado ao Pai nessa apresentação do *pactum salutis*. A obra da redenção é apresentada como um obra só do Pai. O Pai prepara um corpo para o Filho. O Pai unge o Filho com o Espírito. O Pai sustenta o Filho. O Pai o ressuscita dos mortos, e assim por diante. Tudo isso, com clareza, coloca o Filho numa posição de subordinação em relação ao Pai, e apresenta o Pai como quem determina e realiza toda a obra da redenção.

A POSIÇÃO DE ABRAHAM KUYPER

O Dr. Kuyper claramente reconhece esse defeito e ponto fraco no *pactum salutis*. Ele faz uma tentativa “a fim de analisar toda a questão do *pactum salutis*, deixada sempre inacabada e nunca esclarecida, para sua necessidade poder ser discernida com clareza”.¹⁶ Ele baseia seu conceito da questão naquelas passagens da Escritura que fazem menção a relação na qual Cristo como mediador está diante do Deus Triúno. Isaías fala do servo do Senhor de uma forma que elimina toda a dúvida de que o seu servo é uma pessoa humana comum, e sim o mediador, o Messias, e portanto o eterno Filho de Deus. Deve ficar claro, segundo Kuyper, que o fato do Filho ser um servo não pode fluir da sua divindade, pois o Filho é igual com o Pai em essência, e portanto, sua relação com o Pai não pode ser como a de um servo para com o seu senhor.¹⁷

O texto de 1 Pedro 1.20 fala de Cristo como o cordeiro ordenado antes da fundação do mundo. De acordo com Kuyper, essa preordenação é a unção do Filho, e a unção denota uma posição de serviço. O Filho, portanto, desde a eternidade, está em uma posição de serviço através dessa preordenação como o cordeiro de Deus. Como o Filho veio a ocupar essa posição de serviço? Sua preordenação fica clara a partir das passagens da Escritura que falam do fato do Filho ser enviado pelo Pai ao mundo. Mas se o menor é enviado pelo maior, e se deve ser sustentado que o Filho eterno é coigual em essência com o Pai, como então a Escritura pode falar do Pai enviando o Filho? Então fica a pergunta: Por meio de qual ato eterno de Deus o Filho se

16 Abraham Kuyper, *Dictaten Dogmatiek*, 2a ed., 5 vols. (Grand Rapids: Sevensma, n.d.), vol. 3, Locus de Foedere, §5, 81 (tradução do autor).

17 Ibid., 82.



torna o servo de Jeová?¹⁸

Além disso, de acordo com Kuyper, na Escritura, é evidente que a relação de Cristo com o Pai é baseada no estabelecimento de um pacto, que a relação nesse pacto é tal que o Pai demanda do Filho completa obediência, e o Filho realiza essa completa obediência. Por exemplo, o Salmo 2.8 ensina que o Pai diz ao Filho: “Pede-me, e te darei as nações como herança, e as extremidades da terra como propriedade”. Isaías 53.10 ensina que foi demandado de Cristo oferecer sua alma como uma oferta pelo pecado antes de ver a sua posteridade. E o Filho diz ao Pai:

Tu não quiseste sacrifício nem oferta; abriste-me os ouvidos; não exigiste holocausto nem oferta de expiação pelo pecado. Então eu disse: Aqui estou, no rolo do livro está escrito a meu respeito. Deleito-me em fazer a tua vontade, ó meu Deus; sim, a tua lei está dentro do meu coração. Tenho proclamado boas-novas de justiça na grande assembléia; não fechei os meus lábios. Não ocultei a tua justiça dentro do coração; proclamei tua fidelidade e tua salvação; não escondi da grande assembléia tua amor e tua verdade (Sl 40.6-10).

Portanto, o salvador podia testificar que o seu alimento era fazer a vontade de quem o enviou. Quando ele dá a sua vida a fim de tomá-la de novo, ele o faz em obediência ao comando recebido do Pai (Jo 4.34; 10.18).¹⁹

Kuyper conclui:

Portanto, por certo, podemos estabelecer o fato de que na Escritura, embora em nenhum lugar seja mencionado que Cristo firmou um pacto, ainda assim, a relação é definida de tal forma que um *vocatio Messianica* [chamado messiânico] é imposto sobre a segunda pessoa. De forma muito definitiva, Cristo expressa ter recebido do Pai ἐντολαί [ordens], ter cumprido-as, e agora ele ora por tudo o que o Pai prometeu a ele em consequência desse cumprimento.²⁰

Baseado em todas essas considerações, Kuyper oferece a elaborada e precisa descrição do conselho de paz, ou, pacto da redenção:

Se a ideia do pacto com relação ao homem e entre os homens pode ocorrer apenas no sentido éctipo, e se o seu arquétipo original é encontrado na economia divina, então ela não pode ter a sua base mais profunda no *pactum salutis*, que tem o seu motivo na queda do homem. Pois nesse caso ela não pertenceria a economia divina como tal, mas seria introduzida nela incidentalmente e mudaria a relação essencial das três pessoas na essência divina. Além disso, se levanta a objeção de que a terceira pessoa da santíssima Trindade, nesse caso, permaneceria fora desse pacto, e que as três pessoas na essência eterna são colocadas em tal relação de oposição que corre-se o risco de se cair no erro do triteísmo. Esse perigo pode ser evitado apenas quando a economia divina das três pessoas é apresentada *natura sua* [por sua própria natureza] como uma relação pactual [...]. Então nós confessamos que na personalidade una da essência divina existe uma distinção tripessoal, que tem sua unidade e um vínculo inseparável na sua relação pactual. De acordo com essa concepção, o próprio Deus é o fundamento vivo e eterno, não apenas de cada pacto, mas também da ideia do pacto como tal, e a unidade essencial

18 Ibid., 82.

19 Ibid., 84.

20 Ibid., 86, 86..

tem a sua expressão consciente na relação pactual. Pai, Filho, e Santo Espírito se levantam contra tudo que não é Deus ou que se opõe a Deus naquela unidade de fidelidade de tal forma que um não deseja nada mais do que o outro, e todo o poder da essência divina transforma-se com a maior consciência na unidade federal contra tudo aquilo que não é Deus.

E quando, dessa forma, o fundamento da ideia do pacto é encontrada na confissão da própria Trindade, então segue-se disso que a relação pactual adicional entre o Pai, Filho e Santo Espírito, determinada pela aparição da impiedade no mundo dos anjos e homens, não apenas de acordo com a ideia de sua possibilidade, mas de acordo com a ideia da sua realidade. Pois quando nós procedemos da nossa confissão da Trindade para a confissão do decreto, então a realidade do pecado é um fato, e a unidade federal em Deus deve ser direcionada para a plena derrota do fato do pecado a fim de que Deus seja triunfante. E isso leva ao *constitutio Mediatoris* [constituição do Mediador], não como um ato de força, mas como uma ação federal, e assim surge o *pactum salutis*. Na relação pactual, Pai, Filho, e Espírito Santo visam juntos, e cada um por si, o triunfo sobre o pecado, ou seja, visam o triunfo sobre tudo o que coloca a si mesmo em oposição a Deus como antideus. O fundamento dessa vontade em Deus é encontrada na relação pactual original na essência divina; e aquilo que deve ser realizado pelo Pai, Filho e Espírito Santo, respectivamente àquele fim, continua a encontrar a sua unidade federal no *opus exeuns* [obra fora de si mesmo], comum às três pessoas. O assumido como a obra do Pai, Filho e Espírito Santo de forma respectiva não se sustenta sobre uma divisão arbitrária da obra, mas da distinção que existe entre Pai, Filho e Espírito Santo na própria essência divina, e não apenas na obra da salvação, mas também já na obra da criação. Logo o *pactum salutis* jamais pode incluir apenas duas, mas sempre deve incluir as três pessoas da santíssima Trindade. Além do mais, considerando o fato de que o decreto não conhece duas possibilidades, com e sem pecado, mas apenas uma realidade, ou seja, a realidade do pecado, esse *pactum* não aparece depois da queda, mas retrocede até a eternidade, e forma o ponto de procedimento de todo o *pactum salutis*. E portanto, uma vez que o *pactum salutis* se encontra antes da queda, e tem a sua raiz no *decretum* [decreto], segue-se *eo ipso* [de si mesmo] que a introdução disso começou imediatamente depois da queda, e que a suspensão disso até a hora da encarnação é inconcebível.²¹

Portanto, Kuyper oferece a seguinte apresentação:

Primeiro, a relação entre as três pessoas na essência divina é uma relação pactual. De acordo com essa relação pactual, todas as Três pessoas desejam manter Deus em oposição a tudo aquilo que não é Deus. Mas, cada uma das três pessoas da santíssima Trindade aparecem nessa determinação em seu próprio lugar: o Pai como Pai, o Filho como Filho e o Espírito como Espírito.

Segundo, o decreto eterno de Deus inclui o decreto eterno do pecado. Uma vez que no eterno beneplácito de Deus aparecem poderes que não são Deus e que se colocam em oposição a Deus.

Terceiro, de acordo com a relação pactual eterna na essência divina, todas as três pessoas estão unidas para se opor e vencer o poder do pecado. Repousando sobre a relação pactual eterna do Deus triúno, esse acordo eterno de sustentar Deus em oposição ao poder do pecado é o pacto da redenção ou o *pactum salutis*.

²¹ Ibid., 86 (tradução do autor).



Quarto, segundo esse acordo, o Pai envia o Filho, o Filho é enviado como Mediador pelo Pai, e o Espírito Santo é dado ao Mediador como o Espírito de Cristo e de santificação.

Nós devemos admitir que Kuyper estabelece princípios da maior importância. Na discussão da ideia do pacto, com certeza devemos proceder da vida actual do Deus Triúno. Todos os princípios devem ser estabelecidos a partir de Deus. N'ele todos os princípios se concentram. Ele mesmo é, na sua eterna vida actual divina, a última, eterna e única razão para tudo o que acontece no tempo e existe na eternidade. Ele faz todas as coisas por causa de si mesmo, até mesmo o ímpio para o dia mau. Quem raciocina a partir desta verdade fundamental e raciocina da forma correta, jamais pode errar. Devemos pensar e falar teologicamente. Por essa razão, por certo devemos seguir Kuyper quando ele deduz a ideia do pacto a partir da vida e da relação actual das três pessoas da santíssima Trindade.

Ainda assim, nós devemos estabelecer princípios de um forma um pouco diferente da concepção de Kuyper.

Primeiro, deve ser observado que Kuyper continua a apresentar o pacto, de acordo com a sua ideia, como um acordo em oposição à uma terceira parte. Segundo Kuyper, o pacto sempre é um acordo entre duas ou mais partes em oposição à terceira parte. Portanto, o pacto da redenção é um acordo eterno entre as três pessoas em oposição ao poder do pecado. Isso significa que o pacto ainda é subordinado. Ele ainda é um meio, não um propósito. Ele é um caminho, não o destino. Quando o pecado for derrotado, o pacto terá servido ao seu propósito.

Segundo, em conexão próxima com o antecedente, o pecado é de fato postulado pelo decreto de Deus, mas em todo dos decretos e obras de Deus fora de si mesmo (*ad extra*) o pecado ainda permanece de forma dualista contra ele. O pecado é um poder a ser derrotado: ele não é um meio para servir Deus para a revelação completa da sua eterna vida actual. Ele aparece como a ocasião e até mesmo como a causa para a conclusão do *pactum salutis*. Estamos convencidos de que os princípios ainda devem ser estabelecidos em uma direção diferente se formos sustentar Deus como Deus e que não há nenhum outro além dele da forma adequada. Com relação aos poderes das trevas, os princípios devem ser definidos a partir de Deus somente. E a revelação da eterna vida actual deve ser o maior propósito, nunca um meio para um fim.

O CONSELHO DE PAZ E O PACTO COM CRISTO DISTINGUIDOS

Para se obter um entendimento correto do conselho de paz, ou pacto da redenção, é de extrema importância distinguir de forma nítida entre o pacto estabelecido por Deus com Cristo como o servo do Senhor, na posição de cabeça daqueles que o Pai lhe deu, e o pacto eterno das três pessoas da santíssima Trindade. O fracasso em fazer essa distinção se tornou a causa do pacto da redenção ser apresentado como uma relação, ou um acordo entre o Pai e o Filho, no qual não é encontrado nenhum lugar para o Espírito Santo, e cujo resultado foi praticamente uma negação da santíssima Trindade e da coigualdade do Filho com o Pai. Isso era inevitável. As passagens da Escritura mencionando o pacto estabelecido por Deus com Cristo de acordo com sua natureza humana e como servo do Senhor, foram usadas como prova para o pacto da redenção, e foram aceitas como prova de que em todas essas passagens da Escritura, Cristo aparece como subordinado ao Pai.

A distinção entre o conselho de paz, ou pacto da redenção, e o pacto de Deus com Cristo na posição de cabeça dos seus deve estar perfeitamente clara. O conselho de paz é um pacto entre as três pessoas da santíssima Trindade; o pacto de Deus com Cristo como o cabeça dos eleitos é um pacto estabelecido pelo Deus triúno com Cristo e aqueles que lhe foram dados. No



conselho de paz, o Filho aparece como Deus em sua natureza divina, coigual com o Pai e o Espírito Santo. No pacto com Cristo, o Filho aparece como o mediador em sua natureza humana. No conselho de paz, o Filho, com o Pai e o Espírito Santo, aparece como a parte que decreta.

O pacto com Cristo como o servo de Jeová pertence a Deus somente, e foi estabelecido com Cristo pelo Deus triúno. No conselho de paz, o Filho é coigual com o Pai e com o Espírito Santo. No pacto de Deus com Cristo, ele é o servo do Senhor e subordinado a Jeová. É verdade, o pacto com Cristo tem uma ligação íntima com o conselho de paz. Pode-se dizer que o pacto com Cristo como o servo de Jeová pressupõe o *pactum salutis*. Mas isso não é razão para identificar os dois. O conselho de paz permanece por detrás do pacto estabelecido por Deus com Cristo e aqueles que o Pai lhe deu.

Um estudo cuidadoso da Escritura sobre esse ponto o revelará como correto. Quando prestamos atenção a todas aquelas passagens da Escritura que os dogmáticos do passado citaram como prova para o conselho de paz, ou *pactum salutis*, fica evidente que todas as passagens, sem exceção, referem-se ao pacto estabelecido por Deus com Cristo como o cabeça dos eleitos.

AS PASSAGENS SOBRE O SERVO EM ISAÍAS

Fica claro que Deus estabelece um pacto com Cristo a partir das conhecidas passagens que mencionam o servo do Senhor [עַבְדֵי יְהוָה — ‘*eved Yahweh*’] nas profecias de Isaías. Jamais poderíamos entender essas passagens se elas tivessem sido feitas para se referir apenas a um pacto entre o Pai e o Filho. Podemos até mesmo ir adiante e afirmar que quem explica esse servo do Senhor apenas como Cristo não consegue entender o significado da Escritura nesse ponto. Uma investigação dessas passagens mostrará que o termo *servo do Senhor* em Isaías tem mais de uma conotação.

Por certo, pode se dizer que o servo do Senhor em Isaías é, de forma fundamental, o Cristo. Até mesmo no sentido fundamental da palavra, ele é a semente da mulher, o leão da tribo de Judá, a raiz de Davi, o descendente de Abraão; assim também ele é de forma fundamental o servo do Senhor. Sem ele, não haveria a semente da mulher, e não haveria um descendente de Abraão. Sem ele, Judá não é sequer um filhote de leão, e sem ele Davi não tem qualquer significado. Sem ele não há um servo do Senhor. Portanto, em Cristo temos o próprio centro, o coração do conceito do *servo do Senhor*. Ele é o servo do Senhor *par excellence*, em quem e por meio de quem todo o verdadeiro serviço ao Senhor consiste, e em quem Deus realiza seu pacto eterno.

Em volta deste conceito fundamental do servo do Senhor está agrupado o círculo dos profetas, que também são chamados de ungidos de Deus, suas testemunhas, seus servos, em quem está o Espírito de Cristo. Na profecia de Isaías, com frequência, é difícil distinguir entre esses servos do Senhor de maneira separada do servo de Jeová no sentido fundamental. O profeta nunca pode ser concebido separado de Cristo como servo do Senhor no sentido fundamental. O profeta é um servo de Jeová apenas porque Cristo está nele e fala através dele.

Ainda assim, nem tudo foi dito, o termo *servo do Senhor* não se refere apenas a Cristo, e em um sentido mais amplo aos profetas, mas também, ao círculo ainda mais amplo, o verdadeiro Israel espiritual, a verdadeira semente espiritual, Jacó, a quem o Senhor chamou pelo nome, o remanescente de acordo com a eleição da graça. Esse remanescente é o servo do Senhor apenas porque ele está ligado de forma orgânica a Cristo, está incluso nele, e é dado a ele pelo Pai antes da fundação do mundo.



Por fim, uma vez que a essência e a superfície estão, num sentido natural e orgânico, nas gerações de Abraão, e uma vez que todo este organismo na nação de Israel é chamado pelo nome espiritual da *essência*, o nome *servo do Senhor* também é usado para Israel enquanto este existia historicamente na antiga dispensação.

Portanto, uma distinção quádrupla deve ser observada a fim de compreender o conceito do *servo do Senhor* na profecia de Isaías:

1. Cristo como servo de Jeová *par excellence*.
2. O pequeno círculo de profetas em torno dele.
3. O círculo maior da semente espiritual de Abraão.
4. O maior e mais amplo círculo da igreja enquanto esta existia na antiga dispensação na nação de Israel.

Podemos provar com facilidade que esta é a interpretação correta a partir de diferentes passagens em Isaías que mencionam o servo do Senhor. Primeiro, dirigimos a atenção para Isaías 42.1-7:

Eis aqui o meu servo, a quem sustenho, o meu eleito, em quem se apraz a minha alma; pus o meu espírito sobre ele; ele trará justiça aos gentios. Não clamará, não se exaltará, nem fará ouvir a sua voz na praça. A cana trilhada não quebrará, nem apagará o pavio que fumeja; com verdade trará justiça. Não faltará, nem será quebrantado, até que ponha na terra a justiça; e as ilhas aguardarão a sua lei. Assim diz Deus, o Senhor, que criou os céus, e os estendeu, e esprou a terra, e a tudo quanto produz; que dá a respiração ao povo que nela está, e o espírito aos que andam nela. Eu, o Senhor, te chamei em justiça, e te tomarei pela mão, e te guardarei, e te darei por aliança do povo, e para luz dos gentios. Para abrir os olhos dos cegos, para tirar da prisão os presos, e do cárcere os que jazem em trevas.

É perfeitamente claro que embora ele não seja mencionado pelo nome, esses versos se referem a Cristo como o servo do Senhor. Essa afirmação jamais pode ser aplicada de forma completa ao próprio Isaías. Além disso, tudo o que é dito nesses versos sobre o servo do Senhor é cumprido apenas em Cristo de forma completa quando ele aparece na plenitude dos tempos. É ele quem recebe o Espírito sem medida. Ele é o Filho amado em quem Deus tem todo o seu prazer. Ele é quem é dado por aliança ao povo, quem abre os olhos dos cegos e liberta os cativos. Não há dúvida de que essa é uma referência direta a Cristo como o servo do Senhor.

Também fica claro que aqui ele não aparece de acordo com a sua natureza divina, e esses versos não se referem ao conselho de paz, ou *pactum salutis*. O Cristo não aparece aqui de acordo com a sua natureza divina, mas de acordo com a sua natureza humana. De acordo com a sua natureza divina ele não pode ser chamado o eleito: ele é o Filho, eternamente gerado pelo Pai. De acordo com a sua natureza humana, porém, ele é o eleito *par excellence*. De acordo com a sua natureza divina ele não é o servo de Jeová, mas o próprio Jeová, e como a pessoa do Filho ele é coigual com o Pai e o Espírito Santo. Porém, de acordo com a sua natureza humana ele é o servo do Senhor *par excellence*, quem é posto sobre toda a casa de Deus e cujo alimento é fazer a vontade do Senhor. De acordo com a sua natureza divina, ele não recebe o Espírito, mas o Espírito procede dele e do Pai como o Espírito do Filho. De acordo com a sua natureza humana, porém, ele recebe o Espírito sem medida. De acordo com a sua natureza divina não poderia ser dito que o Senhor o chamou em justiça, e o tomou pela mão, o guardou e o deu por aliança do povo e como luz dos gentios. Mas tudo isso se aplica a Cristo de acordo com a sua



natureza humana. Portanto, nesses versos não há menção de uma relação pactual entre o Pai e o Filho, mas apenas de um pacto que o Deus Triúno estabelece com Cristo, o servo de Jeová.

Mas note como no mesmo capítulo a figura profética do servo de Jeová muda de tal forma que ela se aplica a Israel como uma nação no sentido mais amplo da palavra, mesmo enquanto se torna o objeto da ira de Deus:

Surdos, ouvi, e vós, cegos, olhai, para que possais ver. Quem é cego, senão o meu servo, ou surdo como o meu mensageiro, a quem envio? E quem é cego como o que é perfeito, e cego como o servo do Senhor? Tu vês muitas coisas, mas não as guardas; ainda que tenhas os ouvidos abertos, nada ouves. O Senhor se agradava dele por amor da sua justiça; engrandeceu-o pela lei, e o fez glorioso. Mas este é um povo roubado e saqueado; todos estão enlaçados em cavernas, e escondidos em cárceres; são postos por presa, e ninguém há que os livre; por despojo, e ninguém diz: Restitui. Quem há entre vós que ouça isto, que atenda e ouça o que há de ser depois? Quem entregou a Jacó por despojo, e a Israel aos roubadores? Porventura não foi o Senhor, aquele contra quem pecamos, e nos caminhos do qual não queriam andar, não dando ouvidos à sua lei? Por isso derramou sobre eles a indignação da sua ira, e a força da guerra, e lhes pôs labaredas em redor; porém nisso não atentaram; e os queimou, mas não puseram nisso o coração (Is 42.18-25).

O servo do Senhor é o sujeito nesses versos. O contexto exige que não pensemos em outro servo não conectado ao primeiro. Ao contrário, este é o mesmo servo, visto não no conceito fundamental, mas no sentido mais amplo. Em Isaías 42.1-7, Cristo é o servo do Senhor. Nos versos 18-25 o servo é Israel como existente na história. A causa do servo do Senhor poder ser tão cego e surdo, tão pecador e desobediente para poder ser entregue por despojo, e que Deus possa derramar porções de sua ira sobre ele, mas mesmo assim ele não perece e não é consumido, não é por ele ser Israel no sentido mais amplo, a causa deve ser atribuída ao fato de que, no sentido fundamental, ele é Cristo. Por isso a ira de Deus pode ser derramada sobre essa nação que tem como sua essência o servo de Jeová *par excellence*, sem ser consumida.

Isso também explica as outrora inexplicáveis transições de anúncios de ira e julgamento para promessas de preservação, redenção e salvação que ocorrem com tanta frequência nas profecias de Isaías. O que se segue depois da obscura e desconsolada conclusão do capítulo 42 é o começo do capítulo 43:

Mas agora, assim diz o Senhor que te criou, ó Jacó, e que te formou, ó Israel: Não temas, porque eu te remi; chamei-te pelo teu nome, tu és meu. Quando passares pelas águas estarei contigo, e quando pelos rios, eles não te submergirão; quando passares pelo fogo, não te queimarás, nem a chama arderá em ti (v. 1-2).

O verso 10 menciona Jacó como o servo de Jeová: “Vós sois as minhas testemunhas, diz o Senhor, e meu servo, a quem escolhi; para que o saibais, e me creiais, e entendais que eu sou o mesmo, e que antes de mim deus nenhum se formou, e depois de mim nenhum haverá”. Como é evidente, a referência aqui não é mais ao conceito do servo de Jeová no seu sentido mais amplo, mas à semente espiritual, a essência espiritual, ao remanescente de acordo com a eleição da graça, o servo de Jeová. Essa semente espiritual é capaz de passar pelo fogo sem ser consumida e pela água sem ser submersa. Exatamente porque o remanescente de acordo com a eleição da graça sempre está conectado com o servo de Jeová fundamental, o Cristo, o Verbo encarnado, Jeová estabeleceu seu pacto com o servo de Jeová, o qual está em uma relação de



amizade inseparável com o Deus de Jacó no Emanuel.

No mesmo sentido, são feitas referência ao servo de Jeová em Isaías 33.1-2, e 21:

Agora, pois, ouve, ó Jacó, servo meu, e tu, ó Israel, a quem escolhi. Assim diz o Senhor que te criou e te formou desde o ventre, e que te ajudará: Não temas, ó Jacó, servo meu, e tu, Jesurum, a quem escolhi. [...] Lembra-te destas coisas, ó Jacó, e Israel, porquanto és meu servo; eu te formei, meu servo és, ó Israel, não me esquecerei de ti.

Nesses versos Israel aparece de acordo com a sua essência espiritual como o servo do Senhor. Esse servo deve ser a testemunha de Jeová no mundo; ele deve o conhecer e dar ouvidos às suas obras e maravilhas, e falar delas e anunciar a glória do Senhor. Por essa razão o Senhor dá a ele sua palavra, e ele estabelece sua palavra por causa de si mesmo.

Uma vez que o servo do Senhor recebe essa palavra na antiga dispensação através dos profetas, eles aparecem em primeiro plano como o servo de Jeová. Por exemplo, em Isaías 44.26, Jeová é descrito como quem “confirma a palavra do seu servo, e cumpre o conselho dos seus mensageiros”. Ele desfaz os sinais dos mentirosos, e enlouquece os advinhos. Ele faz os sábios voltarem atrás e converte o conhecimento deles em loucura. Ele frustra os sinais feitos pelos mentirosos (v. 25). Mas a palavra dos seus servos é a sua própria palavra. Essa palavra ele revela através do Cristo, e de forma fundamental nele, o servo de Jeová *par excellence*. Pelo seu Espírito ele dá a mesma palavra aos seus profetas, e através deles, para o seu povo, a fim de que o seu servo possa ser testemunha do pacto de amizade no mundo.

Algumas vezes é difícil distinguir e discernir se a profecia está falando do profeta, de Israel ou de Cristo quando o servo de Jeová é mencionado. A razão para isso é que Israel, o profeta e Cristo são um como o servo do Senhor. Por exemplo, em Isaías 49.1-9, o profeta aparece como o servo de Jeová. Ainda assim, essas palavras não podem ser aplicadas em todo o seu significado ao profeta, nem a Israel, mas devem se referir de forma fundamental ao próprio Cristo:

Ouvi-me, ilhas, e escutai vós, povos de longe: O Senhor me chamou desde o ventre, desde as entranhas de minha mãe fez menção do meu nome. E fez a minha boca como uma espada aguda, com a sombra da sua mão me cobriu; e me pôs como uma flecha limpa, e me escondeu na sua aljava; e me disse: Tu és meu servo; és Israel, aquele por quem hei de ser glorificado. Porém eu disse: Debalde tenho trabalhado, inútil e vãmente gastei as minhas forças; todavia o meu direito está perante o Senhor, e o meu galardão perante o meu Deus. E agora diz o Senhor, que me formou desde o ventre para ser seu servo, para que torne a trazer Jacó; porém Israel não se deixará ajuntar; contudo aos olhos do Senhor serei glorificado, e o meu Deus será a minha força. Disse mais: Pouco é que sejas o meu servo, para restaurares as tribos de Jacó, e tornares a trazer os preservados de Israel; também te dei para luz dos gentios, para seres a minha salvação até à extremidade da terra. Assim diz o Senhor, o Redentor de Israel, o seu Santo, à alma desprezada, ao que a nação abomina, ao servo dos que dominam: Os reis o verão, e se levantarão, como também os príncipes, e eles diante de ti se inclinarão, por amor do Senhor, que é fiel, e do Santo de Israel, que te escolheu. Assim diz o Senhor: No tempo aceitável te ouvi e no dia da salvação te ajudei, e te guardarei, e te darei por aliança do povo, para restaurares a terra, e dar-lhes em herança as herdades assoladas; para dizeres aos presos: Saí; e aos que estão em trevas: Aparecei. Eles pastarão nos caminhos, e em todos os lugares altos haverá o seu pasto.



A pergunta do Eunuco a Felipe se aplica muito bem a Isaías 49.1-9: “Rogo-te, de quem o profeta está falando? De si mesmo, ou de algum outro?” (At 8.34). Poderíamos acrescentar: ou ele fala aqui do povo de Israel em geral? A resposta correta, sem dúvida, seria: Israel, o profeta e Cristo são todos o servo do Senhor por causa de Cristo e através dele como o servo fundamental. Deus revelou seu pacto e o estabeleceu com Cristo e os seus. Quando a Escritura fala do servo de Jeová é a esse pacto que ela se refere.

Na profecia de Isaías, o conceito fundamental do servo de Jeová aparece de forma gradual, mais e mais no primeiro plano, como se pode esperar. O povo, a essência espiritual, e o próprio profeta desaparecem mais e mais do círculo da visão profética a fim de que toda a luz da revelação se concentre no próprio Cristo. Em Isaías 50.4-10 o servo de Jeová fala por si mesmo:

O Senhor Deus me deu uma língua erudita, para que eu saiba dizer a seu tempo uma boa palavra ao que está cansado. Ele desperta-me todas as manhãs, desperta-me o ouvido para que ouça, como aqueles que aprendem. O Senhor DEUS me abriu os ouvidos, e eu não fui rebelde; não me retirei para trás. As minhas costas ofereci aos que me feriam, e a minha face aos que me arrancavam os cabelos; não escondi a minha face dos que me afrontavam e me cuspiam. Porque o Senhor DEUS me ajuda, assim não me confundo; por isso pus o meu rosto como um seixo, porque sei que não serei envergonhado. Perto está o que me justifica; quem contendrá comigo? Compareçamos juntamente; quem é meu adversário? Chegue-se para mim. Eis que o Senhor DEUS me ajuda; quem há que me condene? Eis que todos eles como roupas se envelhecerão, e a traça os comerá. Quem há entre vós que tema ao Senhor e ouça a voz do seu servo? Quando andar em trevas, e não tiver luz nenhuma, confie no nome do Senhor, e firme-se sobre o seu Deus.

Por fim, em de Isaías 52.13 até Isaías 53, esse servo de Jeová se apresenta de forma clara diante de nós como a essência fundamental de Israel, o representante do povo do pacto de Deus. Ele é retratado como o servo de Jeová *par excellence*, quem está sobre toda a casa de Deus, que agirá de forma prudente, e portanto, será louvado e exaltado nas alturas. Sim, de fato, muitos ficarão perplexos diante dele. Sua face ficará mais desfigurada do que a de qualquer homem, mas ele aspergirá muitas nações. Reis se calarão diante dele, pois ele é o braço do Senhor por meio de quem a salvação será efetuada (Is 52.13-15).

Ele cresceu diante dele como um renovo, como uma raiz em terra seca. Não havia nele beleza ou formosura, e de acordo com o critério do mundo e dos judeus, não havia qualquer expectativa sobre ele. Ele foi desprezado e rejeitado pelos homens. Ele levou todas as enfermidades de todo o servo de Jeová; todo o cálice da ira de Deus foi derramado sobre ele. Todos nós, como ovelhas nos desviamos e tomamos o nosso próprio caminho. Mas o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós. Ao Senhor agradou moê-lo. Ele foi levado como uma ovelha para o matadouro. Ele foi obediente até a morte, sim, até a morte na cruz. Mas ele verá o fruto do seu trabalho. O prazer do Senhor prosperará na sua mão, e pelo seu conhecimento, o justo servo de Jeová, justificará a muitos. O Senhor dividirá a sua porção com os grandes, e dividirá seus despojos com os fortes. Ele, o servo do Senhor, tem a vitória para sempre, e o pacto do Senhor está estabelecido nele e com ele para todo o sempre (Is 53.2-12).

2 SAMUEL 7.12-16



Várias outras passagens das Escrituras (além daquelas já discutidas) que são citadas com frequência para provar o chamado *pactum salutis* por certo não falam de um pacto entre o Pai e o Filho, ou entre as três pessoas da santíssima Trindade, mas elas falam de um pacto entre o Deus triúno e Cristo como o mediador e cabeça do pacto. O problema é que de forma comum os teólogos falham em fazer a distinção necessária entre o eterno Filho de Deus na sua natureza divina e o servo do Senhor, o cabeça do seu povo no pacto da graça.

Isso é também verdade quanto a conhecida passagem do Salmo 9 em conexão com 2 Samuel 7.12-16. Como é comum, essas passagens são mencionadas como a base para o pacto entre o Pai e o Filho. Mas uma investigação cuidadosa dessas passagens rapidamente leva à conclusão de que nenhuma menção de um pacto entre as três pessoas da santíssima Trindade é feita nessa passagem, mas sim, de um pacto entre Deus com Cristo e o seu povo.

A intenção do rei Davi em construir a casa do Senhor é registrada em 2 Samuel 7. O Senhor havia estabelecido Davi no seu reino e dado a ele descanso de todos os seu inimigos ao seu redor. Vendo que ele mesmo vivia em uma casa de cedro e a arca de Deus habitava entre cortinas, Davi desejou construir uma casa consagrada ao Senhor em Jerusalém. Quando Davi informou o profeta Natã da sua intenção, a princípio Natã concordou com ele. Mas naquela mesma noite a palavra do Senhor veio ao profeta, enviando ele até Davi com o comando de proibir o rei de executar essa obra.

Essa palavra do Senhor com a qual Natã foi enviado a Davi era rica a respeito da promessa do pacto que Deus estabeleceria com Davi e sua descendência para sempre:

Quando teus dias forem completos, e vieres a dormir com teus pais, então farei levantar depois de ti um dentre a tua descendência, o qual sairá das tuas entranhas, e estabelecerei o seu reino. Este edificará uma casa ao meu nome, e confirmarei o trono do seu reino para sempre. Eu lhe serei por pai, e ele me será por filho; e, se vier a transgredir, castigá-lo-ei com vara de homens, e com açoites de filhos de homens. Mas a minha benignidade não se apartará dele; como a tirei de Saul, a quem tirei de diante de ti. Porém a tua casa e o teu reino serão firmados para sempre diante de ti; teu trono será firme para sempre (v. 12-16).

Elementos diferentes nessa passagem merecem a nossa atenção especial. Primeiro, deve ficar perfeitamente claro que quem fala aqui não é a primeira pessoa da Trindade, mas o Deus Triúno. Aqui, ele promete e assegura Davi das suas misericórdias pactuais. Isso também faz com que seja impossível aplicar essas palavras a um pacto entre as três pessoas da Trindade.

Segundo, por certo, aqui a mensagem não é dirigida ao Filho como a segunda pessoa da santíssima Trindade, mas a Davi e sua descendência. Esse descendente de Davi é Salomão, quem construiria a casa do Senhor, como é prometido nessa passagem. Mas é também claro que isso não se refere apenas a Salomão, pois o que é dito da descendência de Davi aqui nunca é cumprido em Salomão ou durante o seu reinado. O Senhor fala aqui de um reino eterno que ele estabelecerá por meio deste descendente de Davi, de uma casa contínua, de um trono perpétuo, e de uma misericórdia imutável. Portanto, é evidente que essa mensagem profética deve ser aplicada a toda a linhagem dos descendentes de Davi uma vez que ela aponta para Cristo e culmina nele, no Filho de Davi *par excellence*, a raiz de Davi. A partir disso fica perfeitamente claro que aqui nenhuma menção é feita ao Filho de Deus quanto a sua natureza divina, mas a referência é ao mediador enquanto ele deve vir da linhagem de Davi, ao eterno rei de quem Davi sempre é um tipo, e portanto, ao servo do Senhor quanto a sua natureza humana.

Terceiro, nessa passagem da Escritura não há qualquer menção de condições, demandas ou promessas mútuas. Ao contrário, quem está falando aqui é o único que determina tudo. Ele



fará com que o descendente prometido venha da linhagem de Davi. Ele estabelecerá o reino para sempre. Ele castigará o descendente com vara de homens, e com açoites de filhos de homens, se ele cometer iniquidade. Ele nunca removerá sua misericórdia dele. Para ter certeza, esse descendente construirá a casa do Senhor; mas isso, também, é determinado apenas por quem está falando aqui. A partir de tudo isso deve ficar perfeitamente evidente que aqui não há nenhuma menção de um pacto entre as três pessoas da santíssima Trindade, ou entre dois deles, mas no sentido central e último, de um pacto estabelecido por Deus com Cristo como o cabeça do seu povo.

Essas palavras foram um firme alicerce de segurança e conforto para os crentes da antiga dispensação, em especial, nos tempos de escuridão e sofrimento quando era como se Deus tivesse esquecido seu pacto e seu povo, e como se os inimigos de Sião fossem triunfar. Então, não é de se admirar que, quando constatamos que a igreja da antiga dispensação amava cantar — e a igreja da nova dispensação continua amando cantar — sobre a benignidade perpétua de Davi na canção inspirada que o Espírito de Cristo pôs nos lábios da igreja de todas as eras. Essa canção nós temos no Salmo 89.

SALMO 89.1-34

No Salmo 89 tem sido encontrada prova para a doutrina do *pactum salutis* como um pacto entre o Pai e o Filho. É verdade que esse salmo fala de um pacto de Deus:

Pois disse eu: A tua benignidade será edificada para sempre; tu confirmarás a tua fidelidade até nos céus, dizendo: Fiz uma aliança com o meu escolhido, e jurei ao meu servo Davi, dizendo: A tua semente estabelecerei para sempre, e edificarei o teu trono de geração em geração. A minha benignidade lhe conservarei eu para sempre, e a minha aliança lhe será firme [...]. Não quebrarei a minha aliança, não alterarei o que saiu dos meus lábios (v. 2-4, 28, 34).

Porém, a partir do salmo completo, é evidente que o pacto mencionado ali, por certo, não é um pacto entre as três pessoas da santíssima Trindade. Quem é introduzido aqui de forma repetida como quem está falando não é o Pai como a primeira pessoa da santíssima Trindade, mas o Senhor, Jeová, o triúno Deus actual, o todo-poderoso Senhor dos Exércitos, o incomparável. Aquele com quem esse pacto é estabelecido não é o Filho na sua natureza divina, mas Davi e seu descendente, o descendente real, cujo coração e centro é Cristo, o leão da tribo de Judá. Ele é Davi, o servo do Senhor, o eleito de Deus *par excellence*. Esse pacto é estabelecido com ele e com a sua descendência. Em essência, é verdade que ele e a sua descendência, a igreja eleita, serão visitados com a vara por causa da transgressão dos filhos, e a sua iniquidade será visitada com açoites, assim como foi realizado de forma fundamental na cruz de Cristo, mas que no entanto, a misericórdia do Senhor jamais será removida deles e eles cantarão sobre uma aliança eterna.

Se um pacto é um acordo entre duas partes com estipulações, condições e demandas mútuas, então não há sequer uma menção de um pacto nesse salmo, pois nesse salmo tudo depende apenas de Deus, da sua fidelidade e da sua misericórdia. É apenas ele quem faz um pacto com Davi, seu eleito. Ele jurou a Davi que ele estabeleceria sua descendência para sempre e edificaria o seu trono de geração em geração. Ele o eleva à posição de um filho primogênito, ao mais elevado de todos os reis da terra. Ele manterá sua misericórdia sobre Davi para sempre



e estabelecerá o seu pacto com ele de forma imutável. Ele nunca removerá a sua misericórdia dele, e a sua fidelidade jamais falhará. Ele não quebrará o seu pacto, e não mudará aquilo que saiu da sua boca.

Em outras palavras, o pacto aqui é unilateral num sentido estrito. Não existem duas partes firmando um pacto uma com a outra. As palavras do Salmo 89 jamais podem ser aplicadas como um acordo entre as três pessoas da santíssima Trindade, mas por certo elas são aplicáveis a um pacto entre Jeová e o seu povo. Na sua relação pactual com a criatura, Deus sempre permanece Deus, e apenas ele é o originador e quem estabelece o pacto. Em tal pacto não existem partidos, embora hajam duas partes. Deus é o seu próprio partido. Quando ele estabelece o seu pacto conosco, ele o faz como o Deus absolutamente soberano. Nós nos tornamos do seu partido. As três pessoas da santíssima Trindade são, em essência, uma e coiguais, embora sejam distintas como pessoas. Por isso a linguagem do Salmo 89 não é a de Pai para Filho, mas do Deus triúno para com o seu eleito, o servo de Jeová. De fato o Filho ouve essa linguagem, mas de acordo com sua natureza humana.

SALMO 2.7-9

Isso não é diferente com outra passagem da Escritura que tem sido citada como prova para o *pactum salutis*:

Proclamarei o decreto: o Senhor me disse: Tu és meu Filho, eu hoje te gerei. Pede-me, e eu te darei os gentios por herança, e os fins da terra por tua possessão. Tu os esmigalharás com uma vara de ferro; tu os despedaçarás como a um vaso de oleiro (Sl 2.7-9).

Devemos ser cuidadosos para não aplicarmos essa passagem de forma direta e sem maiores considerações à geração eterna do Filho de Deus. Se fizermos isso, a conclusão seria que aqui o Pai se dirige ao Filho e, portanto, o texto se refere a um pacto entre a primeira e a segunda pessoa da santíssima Trindade. Não negamos que, em última instância, essa passagem também ensina sobre a geração eterna do Filho de Deus. Porém, é claro que a referência nessa passagem não é à geração eterna em primeiro lugar.

Devemos lembrar que esse salmo tem como contexto histórico a fúria dos pagãos contra Davi como o rei ungido posto sobre o santo monte Sião. Essas palavras se referem, em primeiro lugar, a ele em sua capacidade de rei sobre Israel. Ele é o ungido do Senhor no sentido teocrático da palavra, contra quem os pagãos se levantam e os reis da terra se opõem e se unem para tirá-lo do seu trono. Ele é o rei ungido por Deus sobre o santo monte Sião, o filho de Deus gerado por ele. É neste contexto histórico, predestinado para este mesmo propósito, que a profecia messiânica deste salmo se baseia.

Não podemos deixar de lado o fato de que o decreto é mencionado aqui. As palavras, “Tu és meu Filho, eu hoje te gerei”, pertencem ao decreto de Jeová. A geração do Filho pelo Pai não pertence ao decreto de Deus, mas às obras de Deus dentro de si mesmo (*ad intra*). Logo as palavras do Salmo 2 não podem ser aplicadas em primeiro lugar à eterna geração do Filho da parte do Pai.

ATOS 12.32-37



Isso é corroborado por Atos 23.32-37, uma passagem do Novo Testamento que faz referência ao Salmo 2.7:

E nós vos anunciamos que a promessa que foi feita aos pais, Deus a cumpriu a nós, seus filhos, ressuscitando a Jesus; Como também está escrito no salmo segundo: Meu filho és tu, hoje te gerei. E que o ressuscitaria dentre os mortos, para nunca mais tornar à corrupção, disse-o assim: As santas e fiéis bênçãos de Davi vos darei. Por isso também em outro salmo diz: Não permitirás que o teu santo veja corrupção. Porque, na verdade, tendo Davi no seu tempo servido conforme a vontade de Deus, dormiu, foi posto junto de seus pais e viu a corrupção. Mas aquele a quem Deus ressuscitou nenhuma corrupção viu.

Essa passagem ensina com muita clareza que as palavras do Salmo 2 não podem ser separadas de Davi, e no sentido típico, é cumprida nele. Ela pertence as santas e fiéis bênçãos de Davi. Além disso, Atos 13 ensina com clareza que o Salmo 2 se refere a Cristo de acordo com a sua natureza humana, e as palavras, “Tu és meu Filho, hoje te gerei”, são cumpridas na ressurreição de Cristo.

Através da ressurreição, Deus gerou ele a fim de que ele pudesse se assentar eternamente como rei sobre Sião, o santo monte de Deus. Na ressurreição está o começo da exaltação completada no poder e na glória recebida por Cristo à destra de Deus; portanto os pagãos são dados a ele como herança e os confins da terra por sua possessão. O “hoje” do Salmo 2 é, portanto, uma referência ao momento histórico da unção de Davi como rei sobre Israel, e ao mesmo tempo, uma referência ao momento da ressurreição de Cristo. O Salmo 2 faz referência ao pacto de Deus com Cristo e à promessa do evangelho cumprida de forma fundamental nele.

ATOS 4.24-28

A mesma verdade do Salmo 2 fica evidente a partir da bela e clara oração da igreja registrada em Atos 4.24-28:

E, ouvindo eles isto, unânimes levantaram a voz a Deus, e disseram: Senhor, tu és o Deus que fizeste o céu, e a terra, e o mar e tudo o que neles há; Que disseste pela boca de Davi, teu servo: Porque bramaram os gentios, e os povos pensaram coisas vãs? Levantaram-se os reis da terra, e os príncipes se ajuntaram à uma, contra o Senhor e contra o seu Ungido. Porque verdadeiramente contra o teu santo Filho Jesus, que tu ungeste, se ajuntaram, não só Herodes, mas Pôncio Pilatos, com os gentios e os povos de Israel; para fazerem tudo o que a tua mão e o teu conselho tinham anteriormente determinado que se havia de fazer.

Essa passagem ensina com clareza que a referência ao Salmo 2 é ao Messias de acordo com a sua natureza humana. Na sua natureza humana o Filho de Deus pode ser chamado o santo Filho Jesus. De acordo com a sua natureza humana os gentios, Herodes, Pôncio Pilatos e o povo de Israel se ajuntaram contra ele.

Na sua natureza humana o servo de Jeová poderia pedir ao Senhor, com base na promes-



sa do evangelho dada a ele no decreto, que os gentios fossem dados a ele por herança e até os confins da terra como sua possessão, e reinar sobre eles com vara de ferro e os despedaçar como a um vaso de oleiro. Por essa razão, o levante dos ímpios é em vão, e eles não podem fazer nada além do determinado de antemão para acontecer pelo conselho de Jeová. A partir de tudo isso, fica evidente que no pacto ao qual o Salmo 2 se refere, o Filho aparece como o servo do Senhor segundo sua natureza humana, e o Salmo 2 não se refere a um pacto entre a primeira pessoa da Trindade e o Filho de Deus.

HEBREUS 1.1-6

Sem dúvidas o pacto de Deus com Cristo tem seu contexto eterno na divindade do Filho e na geração eterna do Filho pelo Pai. A igreja não cometeu um erro quanto ela viu uma indicação da geração eterna do Filho no Salmo 2. A geração eterna é justamente o coração da questão. Isso fica claro a partir de Hebreus 1.1-6:

Havendo Deus antigamente falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, a nós falou-nos nestes últimos dias pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de tudo, por quem fez também o mundo. O qual, sendo o resplendor da sua glória, e a expressa imagem da sua pessoa, e sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, havendo feito por si mesmo a purificação dos nossos pecados, assentou-se à destra da majestade nas alturas; feito tanto mais excelente do que os anjos, quanto herdou mais excelente nome do que eles. Porque, a qual dos anjos disse jamais: Tu és meu Filho, hoje te gerei? E outra vez: Eu lhe serei por Pai, e ele me será por Filho? E outra vez, quando introduz no mundo o primogênito, diz: E todos os anjos de Deus o adorem.

Essas palavras não devem ser mal compreendidas como se fizessem referência exclusiva ao Filho de Deus segundo sua natureza divina. É claro a partir dessa passagem que esse não é o sentido. Por certo não é na sua natureza divina, mas na sua natureza humana que Cristo foi constituído herdeiro de tudo, e está sentado à destra da majestade nas alturas, e herdou um nome mais excelente do que o dos anjos. Isso é verdade até mesmo quanto às palavras “tu és meu filho, hoje te gerei”, assim como sobre as palavras “eu lhe serei por Pai, e ele me será por Filho”.

É evidente que as palavras do Salmo 2 (assim como as de 2 Samuel 7.14 e do Salmo 89.27-28) são direcionadas a Cristo como o servo do Senhor em sua natureza humana a partir de uma comparação com Hebreus 5.5: “Assim também Cristo não se glorificou a si mesmo, para se fazer sumo sacerdote, mas aquele que lhe disse: Tu és meu Filho, hoje te gerei”. Fica claro que o texto do Salmo 2 é aqui aplicado ao sacerdócio real de Cristo.

Todavia, em Hebreus 1 toda essa evidência é apresentada como prova de que quem ouviu todas essas palavras na ocasião da sua vinda ao mundo é quem, em essência, é o eterno filho de Deus. Ele é o unigênito, e por essa razão ele também se torna o primogênito. Por meio dele o mundo foi feito e é sustentado. Ele é o resplendor da glória de Deus e a expressa imagem da sua pessoa. Ele sustenta todas as coisas pela palavra do seu poder. Sua filiação eterna e divina é o fundamento necessário para tudo o que ele se torna no tempo. Pois Deus disse a ele na eternidade: “Tu és meu Filho, hoje te gerei”, e por que dentro da economia divina ele diz isso como o Pai ao Filho, portanto, isso também pode ser dito a ele no tempo como o servo de Jeová posto sobre a casa de Deus como um rei e sacerdote para sempre.

A fim de compreender o Salmo 2.7 da forma correta, podemos pensar em três círculos concêntricos, com o seu centro na pessoa do Filho. As palavras “tu és meu Filho, hoje te gerei”, se referem ao círculo interior, representando a filiação eterna da segunda pessoa da Trindade em relação à primeira pessoa. De eternidade a eternidade o Pai gera o Filho e diz a ele: “Tu és meu Filho”, enquanto o Filho se dirige ao Pai dizendo: “Tu és meu Pai”.

As mesmas palavras tem seu segundo círculo na santa infância de Jesus, trazido ao mundo e a quem Deus diz “tu és meu Filho amado em quem eu me comprazo”. Esse é o decreto da filiação, cumprido na natureza humana de Cristo e por fim revelado na ressurreição e glorificação do santo menino Jesus à destra da majestade nos céus.

Finalmente, as palavras do Salmo 2 se referem ao círculo mais abrangente, ao reinado típico de Davi, ungido como um rei teocrático sobre Sião, o santo monte de Deus, e contra quem os gentios se levantaram. Quem lê o Salmo 2 dessa forma terá de admitir que o pacto, não mencionado nesse salmo, mas a quem referência ainda assim é feita, é o mesmo pacto mencionado no Salmo 89. Ele não é um pacto entre o Pai e o Filho como pessoas divinas na Trindade, mas o pacto que Deus revela e estabelece em Cristo com o seu povo. No Salmo 2, o Filho se apresenta na sua natureza humana diante da face de Deus como o seu Pai.

João 6.38-39

A fim de provar o chamado *pactum salutis*, ou pacto da redenção, são mencionadas passagens da Escritura onde o Salvador fala de uma obra que ele deve cumprir, de uma missão confiada a ele; de passagens que falam de uma recompensa recebida pela sua obra; de passagens da Escritura onde Cristo se dirige a Deus como seu Deus; e por fim, de passagens nas quais o Senhor aparece como o cabeça do pacto.

É fato conhecido que, com frequência, o Senhor fala da sua obra como uma tarefa confiada a ele pelo Pai. Essa é a apresentação geral da Escritura, como é de se esperar. Chamamos atenção para algumas poucas passagens para esclarecer o que queremos dizer. “Porque eu desci do céu, não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou. E a vontade do Pai que me enviou é esta: Que nenhum de todos aqueles que me deu se perca, mas que o ressuscite no último dia” (Jo 6.38-39). Com base nessa passagem e em outras similares, a conclusão tirada é: há um determinado pacto entre o Pai e o Filho, uma relação entre quem envia e o enviado.

Bavinck afirma o seguinte:

Essa relação entre o Pai e o Filho, embora tenha se tornado mais clara durante permanência temporária de Cristo na terra, ainda não havia começado no momento da encarnação; pois a própria encarnação já pertence à execução da obra confiada ao Filho. Mas ela se encontra na eternidade, e já existia durante o Antigo Testamento.²²

Por certo essa última afirmação é verdadeira. Deus conhece todas as suas obras desde a eternidade. Para ele, a relação na qual Cristo se apresenta como quem é enviado pelo Pai, é uma relação eterna. Porém, a pergunta é se essa relação de quem é enviado com quem o envia, a relação na qual Cristo se apresenta diante de Deus na sua estadia na terra, nos leva a um *pactum salutis*, um pacto entre o Pai e o Filho, ou entre as três pessoas da santíssima Trindade. É possível conceber uma eterna relação actual entre o Pai e o Filho de tal forma que a primeira pessoa

²² H. Bavinck, *Gereformeerde Dogmatiek*, vol. 3, 194 (tradução do autor).



se apresenta nessa relação como quem envia, e a segunda pessoa como quem é enviado? Por certo, a resposta para essa questão deve ser negativa, pois a relação entre quem envia e quem é enviado é uma relação de autoridade. Quem é enviado é completamente subordinado à quem envia.

É muito evidente que isso seja aplicável à relação entre Cristo e Deus, como indicado por João 6.38-39. O Senhor diz não ter vindo para fazer a sua própria vontade, mas a vontade de quem o enviou. Essas palavras não querem dizer que há um conflito entre a vontade de Cristo e a vontade do seu Pai. Esse não pode ser o significado. Como o servo do Senhor, ele considera a vontade do Pai como seu alimento. Mas essas palavras querem dizer que a tarefa que Cristo veio para cumprir não tem a sua origem na sua própria vontade, mas apenas na vontade do Pai. Sua obra não foi determinada por ele mesmo, mas pelo Pai.

O salvador entende a relação entre ele e o Pai como uma relação entre quem envia e quem é enviado. Se esse é o caso, então, por certo, essa relação jamais pode ser estendida até o conselho de Deus. Nesse conselho, Cristo se apresenta como o Filho eterno, e como o Filho eterno ele é coigual com o Pai. No Deus eterno não há três vontades, mas apenas uma vontade. O Pai deseja eternamente como Pai, e o Filho como Filho, e o Santo Espírito como Espírito; mas na sua vontade, Pai, Filho e Espírito Santo são, no entanto, eternamente um. Como Filho, a segunda pessoa não é subordinada à primeira, mas igual com ele. Como Filho, na sua natureza divina, ele jamais pode dizer: “Não faço a minha vontade, mas a vontade do meu Pai”, pois a vontade do Pai é a mesma que a dele em essência. Na vida actual da santíssima Trindade, as três pessoas são essencialmente coiguais junto a distinção pessoal. Logo, no conselho de Deus, o Filho não se apresenta como quem é enviado em relação ao Pai como quem envia.

O fato é que na interpretação desse texto e outros similares, nós jamais podemos nos esquecer da distinção entre a pessoa do Filho na natureza divina e a pessoa do Filho na natureza humana. Na natureza divina ele é coigual com o Pai. Na natureza humana ele se apresenta em relação à Deus como quem é enviado se apresenta em relação a quem o envia. Na sua natureza divina, ele, junto ao Pai e ao Santo Espírito, é quem envia, e não o enviado. Sua vontade humana é subordinada à vontade do Pai. Mas na sua vontade divina ele é um com o Pai e com o Espírito Santo. Em João 6.38-39, o salvador não fala de acordo com a sua natureza divina, mas de acordo com a humana. Ele fala ali como o servo do Senhor, que não veio para fazer a sua própria vontade, mas a vontade de quem o enviou.

A questão não muda pelo fato de ele fazer a vontade do Pai incluir a própria encarnação, e que Cristo, também debaixo da antiga dispensação, era o mediador e aparece como mediador. Isso apenas significa que essa relação de mediador, essa relação do servo para com seu Senhor, essa relação de quem é enviado, é determinada no eterno conselho de Deus, e também nesse aspecto, todas as obras de Deus são conhecidas por ele desde a eternidade (At 15.18). Se na verdade há um pacto de paz entre as três pessoas da divina Trindade, esse pacto deve ser estabelecido antes da relação na qual Cristo se apresenta como quem é enviado para com quem o envia. Como o Filho, coigual com o Pai, foi posto na eternidade nessa relação como quem é enviado, e em relação ao servo de Jeová para com o Deus triúno?

João 10.18

Essa relação entre Deus o Pai e o Filho na natureza humana é também ensinada em João 10:18: “Ninguém a tira de mim, mas eu de mim mesmo a dou; tenho poder para a dar, e poder para tornar a tomá-la. Este mandamento recebi de meu Pai”. Aqui, o salvador fala de dar a sua

vida e de tomá-la de volta. Ele fala de um poder para fazê-lo: “Tenho poder [ἐξουσίαν — *exousian*] para a dar, e poder [ἐξουσίαν] para tornar a tomá-la”. Esse poder [ἐξουσία — *exousia*] denota uma autoridade que ele tem como quem foi enviado pelo Pai numa missão recebida como o servo de Jeová. Isso também fica claro a partir da última parte do texto: “Este mandamento recebi de meu Pai”.

Apenas o salvador tem autoridade para dar a sua vida e para tomá-la de volta, por causa desse mandamento do Pai. Nenhum homem tem em si mesmo esse poder, no sentido de autoridade. O homem tem poder no sentido de força ou habilidade de dar a sua vida, mas quando ele o faz, comete suicídio: ele procura deixar o lugar onde Deus o colocou nessa vida, e o seu ato é um ato de rebelião. Mas com Cristo isso é diferente. Quando ele dá a sua vida, ele o faz com a autoridade do Pai, em completa harmonia com a sua vontade, como um ato de completa obediência. Assim como foi um ato de obediência da sua parte que na encarnação ele tomou sobre si a natureza humana, também foi um ato de obediência quando ele deu a sua vida: ele fez a vontade de quem o enviou.

Quando seu inimigos aparentemente o venceram, o prenderam, e o levaram para o maldito madeiro para parecer que eles tiraram a sua vida, deve ficar claro que este não foi o caso, mas que mesmo assim ele cumpre um ato da sua vontade e morre de forma voluntária. Deve ser entendido que quando ele dá a sua vida de forma voluntária e morre por um ato da sua própria vontade, esse ato não é um ato de rebelião, um ato de suicídio, a fim de deixar a posição na qual ele foi posto pelo Pai; mas esse é um ato de obediência ao Pai, com autoridade sobre a sua própria vida na qual ele dá a sua vida por suas ovelhas. Por essa razão ele tem também poder para tomá-la de volta, que é a ordem recebida do Pai. Ele deu a sua vida terrena, não para permanecer separado para sempre da sua natureza humana, mas para elevar aquela vida na natureza humana até a glória do estado celeste. Portanto, o tomar a sua vida de volta é um ato de obediência.

A partir de João 10.18 fica claro que a relação descrita aqui é uma relação entre servo e Senhor, de um mestre para com seu discípulo, de quem envia para com quem é enviado. Na natureza humana o Filho de Deus morre e na mesma natureza humana ele ressurge dos mortos. Na natureza humana ele tem poder, e na natureza humana ele é obediente ao mandamento do Pai. Isso não pode se referir a uma relação pactual entre o Pai e o Filho, pois como Filho de Deus, ele tem todo poder em si mesmo e não pode receber um mandamento do Pai.

JOÃO 17.4

Vejamos agora João 17.4: “Eu glorifiquei-te na terra, tendo consumado a obra que me deste a fazer”. Quem está falando aqui não é o Filho na sua natureza divina, mas Cristo como o servo do Senhor. Como servo do Senhor, ele se dirige ao Deus triúno como seu Pai. Isso é evidente por todo o capítulo, no qual se registra a oração sacerdotal de Cristo. Parece lógico que aqui não pode ser a segunda pessoa da Trindade orando à primeira pessoa, mas é Cristo, como o sumo sacerdote à frente do seu povo orando ao Deus triúno. A pessoa do Filho ora aqui de acordo com a sua natureza humana.

Isso também fica claro em todo o formato da oração sacerdotal. Quando Jesus ora: “Glorifica teu Filho” (v. 1), isso não pode se tratar da sua natureza divina, a qual nunca deixou sua glória e não pode ser glorificada. Antes, o Filho ora por sua glorificação na natureza humana. Quando Cristo diz que o Pai deu a ele poder sobre toda a carne (v. 2), é, mais uma vez óbvio que Cristo jamais fala assim de acordo com a sua natureza divina, mas ele fala como o mediador. É assim por toda a oração sacerdotal. Quando o salvador fala: “Eu glorifiquei-te na terra” (v.



4), fica claro que Cristo fala da glorificação do Deus triúno, aquele a quem conhecer é a vida eterna. Quando ele continua e diz ter cumprido a obra que o Pai o deu para fazer, fica claro que ele se apresenta diante do Pai na relação de servo do Senhor a quem o enviou. Não é na natureza divina, mas na humana que ele se dirige assim ao Deus triúno.

Todas essas passagens, e outras similares, nada nos falam sobre um pacto entre o Pai e o Filho, ou entre as três pessoas da santíssima Trindade. Se um pacto conforme o seu conceito é um contrato, essas passagens não falam de um pacto de forma alguma. Elas apenas mencionam uma missão, uma tarefa, uma obra atribuída por Deus a Cristo e realizada por ele com toda a fidelidade.

João 17.24

Isso não é diferente com respeito a outros textos mencionando uma recompensa recebida pelo salvador por sua obra de mediação, e demandada do Pai. No fim da oração sacerdotal o salvador demanda: “Pai, aqueles que me deste quero que, onde eu estiver, também eles estejam comigo, para que vejam a minha glória que me deste; porque tu me amaste antes da fundação do mundo” (Jo 17.24). Nisso também não há nada que não seja aplicável ao Filho de acordo com a sua natureza humana. Já demonstramos que essas palavras aparecem em um contexto que não permite outra explicação senão a que entende toda essa oração como vinda do coração do mediador. Essas próprias palavras não permitem nenhuma outra interpretação.

Quando o salvador fala do fato de que o Pai deu a ele o seu povo, ele se refere a eleição eterna. A eleição é um ato não apenas do Pai como a primeira pessoa, mas também do Filho e do Espírito Santo. O Deus triúno deu os eleitos a Cristo. Quando é feita menção da glória dada pelo Pai a Cristo, então de novo, não há dúvidas que isso só pode ser aplicado ao Senhor na sua natureza humana. Não há nada aqui sobre uma relação entre o Pai e o Filho, ou de um pacto entre as três pessoas da santíssima Trindade. O fato de que o salvador aparece aqui com uma demanda e diz, “Pai eu quero”, não muda este fato. Quando ele demanda sua recompensa como mediador, o faz em obediência ao Pai. Do Pai ele recebeu poder para fazer demandas. Deus disse a ele no decreto: “Pede-me” (Sl 2.8). Cristo sabe que é da vontade do Pai que aqueles a quem o Pai deu a ele estejam com ele onde ele está. Também nesse aspecto ele é obediente a vontade do Pai.

FILIPENSES 2.9-11

Isso não é diferente em Filipenses 2.9-11. Aqui, lemos a conhecida passagem sobre a glória do mediador:

Por isso, também Deus o exaltou soberanamente, e lhe deu um nome que é sobre todo o nome; para que ao nome de Jesus se dobre todo o joelho dos que estão nos céus, e na terra, e debaixo da terra, e toda a língua confesse que Jesus Cristo é o Senhor, para glória de Deus Pai.

O contexto como um todo fala de Cristo como mediador de acordo com a sua natureza humana. Dele é dito que embora sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus.

À luz deste fato, de acordo com a nossa convicção, o verso 6 deve ser explicado. Jesus Cristo é eternamente “em forma de Deus”, de acordo com a sua natureza divina. Isso é verdadeiro não apenas sobre antes da encarnação, como é explicado com frequência — uma explicação que introduz tempo na eternidade e mutabilidade na imutável natureza divina — mas também quando ele se tornou carne. Durante sua estadia na terra ele é, de acordo com a sua natureza divina, na forma de Deus.

Embora sendo em forma de Deus, ele nunca contemplou na sua natureza humana usurpar o ser igual a Deus. Essa era a intenção de Satanás, e isso também se levantou no coração do homem no paraíso; mas não foi assim com Cristo. Ao contrário, quando assumiu a forma de um servo, ele esvaziou a si mesmo segundo a sua natureza humana. Fazendo-se semelhante a homens e achado na forma de homem, nessa natureza humana, humilhou a si mesmo sendo obediente até a morte, e morte de cruz.

Por essa obediência como Filho na sua natureza humana ele recebe a recompensa. Segundo a natureza humana ele recebe um nome acima de todos os nomes e é exaltado naquela glória diante da qual todo o joelho se dobrará e toda a língua confessará que Jesus Cristo é Senhor para a glória do Pai. Portanto, Filipenses 2 não se trata da relação na qual o Filho se apresenta diante do Pai na divina essência, mas da relação na qual o mediador se apresenta diante do Deus triúno. Não há qualquer menção de um acordo. Cristo é simplesmente o servo do Senhor. E como servo do Senhor, ele é obediente até a morte, e ele recebe a recompensa prometida, a mais elevada posição na criação de Deus.

OUTRAS PASSAGENS

Prova para o *pactum salutis* é também tirada do fato de que o salvador se dirige a Deus como seu Deus, como no Salmo 22.1: “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste”? E no Salmo 40.7-8: “Então disse: ‘Eis aqui venho; no rolo do livro de mim está escrito. Deleito-me em fazer a tua vontade, ó Deus meu; sim, a tua lei está dentro do meu coração’”. Mas o próprio fato do salvador aqui se dirigir ao Deus triúno como seu Deus elimina toda a possibilidade de um pacto entre as três pessoas do Deus triúno. A segunda pessoa não se dirige a primeira pessoa como “meu Deus”.

Quanto ao Salmo 22.1, é evidente que essas palavras fazem referência a cruz de Cristo e elas foram faladas pelo Filho, não na sua natureza divina, mas na humana. Quanto a passagem do Salmo 40, fica claro a partir do contexto e do salmo completo que ali é feita referência ao servo do Senhor na sua natureza humana. Dele é dito que os seus ouvidos são abertos. Dele está escrito no rolo do livro. Ele tem a lei de Deus dentro do seu coração. Como servo do Senhor, ele é quem se deleita em fazer a vontade de Deus. Ele se levanta no meio da grande congregação e declara a fidelidade de Deus e a sua salvação. Dessa congregação ele não escondeu a benignidade e a verdade do Altíssimo.

Não há menção de um acordo ou do estabelecimento de um pacto entre o Pai e o Filho na essência divina. Mesmo se aplicarmos essas palavras à eternidade, onde por certo elas têm a sua origem, elas ainda não fazem referência alguma a um pacto entre o Pai e o Filho como um acordo entre duas partes iguais, mas apenas à relação de um servo do Senhor com o Deus triúno.

Por fim, prova para o *pactum salutis* tem sido encontrada em Romanos 5.12-21 e em Coríntios 15.21. Porém, essas passagens podem ser aplicadas ao chamado *pactum salutis*, ou ao conselho de paz entre as três pessoas da santíssima Trindade ainda menos do que às passagens já discutidas. Nessas passagens é importante notar que não há nenhuma menção ao Santo Espí-



rito. Além disso, nesses textos não há nenhuma referência ao Filho de Deus segundo sua natureza humana, como fica evidente a partir de uma comparação feita entre Adão e Cristo. Mesmo apesar disso, ambas as passagens expressam de forma literal que tratam do homem Jesus Cristo. Em 1 Coríntios 15.21 toda a ênfase está no termo homem: “Porque assim como a morte veio por um homem, também a ressurreição dos mortos veio por um homem”. Em Romanos 5.15 a mesma ênfase é posta sobre o termo homem: “Mas não é assim o dom gratuito como a ofensa. Porque, se pela ofensa de um morreram muitos, muito mais a graça de Deus, e o dom pela graça, que é de um só homem, Jesus Cristo, abundou sobre muitos”. Cristo não aparece aqui como uma parte igual em um pacto da redenção ou conselho de paz, mas como o cabeça do pacto e como o servo do Senhor ordenado por Deus.

A IDEIA BÍBLICA DO *PACTUM SALUTIS*

Tudo o que temos dito acima não significa que devemos rejeitar por completo a ideia de um conselho de paz ou de um pacto ou decreto pactual das três pessoas da santíssima Trindade. Contudo, tal pacto não pode ser deduzido das passagens da Escritura que acabamos de discutir. É claro, quem vê nessas passagens um pacto entre o Pai e o Filho falha em fazer uma distinção entre Cristo como o Filho eterno em sua natureza humana sendo o servo do Senhor, e o mesmo Cristo como o Filho eterno de Deus em sua natureza divina. Uma conclusão simplória é extraída a partir da relação de Cristo para com o Deus triúno como o servo do Senhor para a relação econômica eterna entre o Pai e o Filho. O resultado é: um conceito errôneo é formado sobre o conselho de paz, e não é encontrado lugar no *pactum salutis* para a terceira pessoa da santíssima Trindade.

Até aqui, temos visto que, de forma geral, a ideia do pacto é baseada num certo contrato, ou num acordo firmado de forma voluntária entre duas ou mais partes. Kuyper encontra a necessidade da inferência de tal pacto no fato de que nenhum poder maior existe acima do pacto. Ele escreve:

A partir disso, qualquer um pode ver que firmar um pacto é concebível apenas quando não existe nenhum poder maior que possa compelir a execução da justiça.

Nesse caso, não firmar um pacto, originaria uma completa ausência de ordem, segurança e bem-estar social. Haveria apenas um direito, o direito do mais forte. Todo o mundo viveria por sua espada. Roubo e assassinato se tornariam comuns.

Para impedir esse terrível mal mútuo, os pactos são firmados. Isso implica que certo direito estabelecido é introduzido, um direito baseado sobre a honra da palavra e da fidelidade do caráter do homem; e isso de forma que os homens encontrem um meio de criar descanso e segurança ao seu redor, quem é bem intencionado a partir de um senso de dever, outros que são perversos a partir de um senso de necessidade.

Mas tão logo chega a um fim essa condição corrupta, ou tão logo um governo regular é introduzido, [então] a lei da nação é válida, e o transgressor é punido, e firmar um pacto não é mais necessário. Por que seria necessário instituir certa regra de justiça quando já existe um poder de justiça acima de nós que guarda a nossa segurança?

O que apresentamos a partir do início permanece verdadeiro, portanto: sempre que existe outro poder acima de quem vive junto, não há necessidade de um pacto. Mas por outro lado, quando não há outro poder acima deles, firmar um pacto é algo necessário. E um pacto é a única base sobre a qual a sociedade pode agir, a forma de vida que

deve ser instituída por necessidade.²³

A partir disso, Kuyper explica adicionalmente a conclusão do pacto entre as três pessoas da santíssima Trindade:

E porque o Pai, o Filho, e o Espírito Santo são iguais entre si, e por ser inconcebível haver alguém acima dos três, segue-se que a relação fundamental entre essas três pessoas no ser divino deve residir na mútua comunicação, na disposição voluntária, na igualdade de ser, e deve tomar o caráter e a forma de um pacto.²⁴

Assim, a ideia de um contrato voluntário é aplicada à vida actual no Deus triúno. Vimos ainda que o pacto, quanto à sua ideia, era considerado como um meio para certo fim, um caminho para certo destino, no caso do pacto de Deus com o homem, como um meio para a salvação dos eleitos. O pacto em si não é o fim; ele mesmo não é o estado mais alto de bem-aventurança. É o caminho por meio do qual a salvação dos eleitos foi estabelecida. Por conseguinte, o pacto de redenção, ou conselho de paz, tem sido apresentado como um acordo entre Pai e Filho, ou entre as três pessoas da santíssima Trindade para salvar os eleitos.

Em íntima ligação com essa apresentação, é razoável afirmar que o *pactum salutis* tem sido considerado como sucedendo logicamente o conselho da predestinação. Os eleitos já estão ali de acordo com o conselho de Deus. O *pactum salutis* é o acordo de redimir e salvar os eleitos. O conselho de predestinação, o decreto concernente à criação e queda – quer a ordem nesses decretos seja a infra ou a supralapsariana – precede o pacto da redenção.

Por fim, vimos que os textos sobre os quais essa apresentação do *pactum salutis* é baseada não são aplicáveis a um pacto entre as três pessoas da santíssima Trindade, mas referem-se, sem exceção, ao pacto entre o Deus triúno e o seu servo, Cristo em sua natureza humana, permanecendo como o cabeça dos eleitos.

A IDEIA DO PACTO

A apresentação do conselho de paz ou pacto de redenção deve ser mudada quando a ideia de um pacto não é entendida como sendo um contrato ou um acordo, mas é concebida como sendo uma relação viva e espontânea e uma comunicação de amizade dada com a própria natureza e relação de Deus e o homem no pacto. O pacto não é uma relação incidental, mas pertence à própria essência da relação no pacto.

Em íntima conexão com essa apresentação da ideia do pacto, o conceito do pacto de redenção deve ser alterado de forma que esse pacto não seja considerado como um meio para um fim, como um caminho para a salvação, mas como o próprio fim, como o lugar mais alto a ser alcançado pela criatura; não como um caminho para a vida, mas como a forma mais elevada da própria vida; não como uma condição, mas como a própria essência da religião; não como um meio para a salvação, mas como a maior bem-aventurança. Então, o conselho de paz é apresentado como o decreto que domina todos os outros decretos de Deus concernente ao fim último de todas as coisas, como Deus as concebeu em seu conselho.

Em resposta a essa questão, por certo, requer-se que procedamos a partir do ensino da Escritura concernente ao ser e vida do Deus infinito. Por detrás de todo ser e acontecimento,

23 A. Kuyper, *Uit Het Woord*, 6 vols. (Höveker & Wormser, Amsterdam, n.d.), vol. 5, 13 (tradução do autor).

24 *Ibid.*, 14, 15.



por detrás de todas as relações e conexões das criaturas entre si e delas com o criador, reside o decreto eterno do Altíssimo. Conhecida de Deus são todas as suas obras desde a eternidade (Atos 15.18). Tudo o que existe é e se torna apenas de acordo com a sua vontade eterna.

Mas o decreto não é o fundamento último a ser considerado. Por detrás do decreto permanece o próprio Deus infinito, sempre bendito e autossuficiente. O decreto é o decretar de Deus. Assim como a causa de todas as coisas reside no decreto de Deus, o motivo do decreto também deve ser encontrado na existência e na vida do próprio Deus. O decreto é a sua boa vontade. Ele, o decreto, é perfeitamente soberano. Não é determinado nem motivado por algo fora de Deus. Ele faz todas as coisas por causa do seu nome, até mesmo o ímpio para o dia do mal. Ninguém jamais lhe deu um conselho ou instrução. Nada jamais o limitou ou determinou. Em seu decreto eterno, Deus é perfeitamente soberano. As razões e motivos para o seu decreto sempre devem ser encontradas nele mesmo, e essas razões e motivos sempre se concentram ao redor do único propósito de todas as coisas, sua auto revelação e autoglorificação.

É sempre importante nos voltarmos das coisas criadas para o decreto de Deus, e do decreto para o ensino da Escritura concernente ao próprio Deus eterno, pois apenas a partir da sua existência pode ser explicada a existência de todas as coisas, não no sentido panteísta, mas de acordo com o conselho da sua vontade. Por conseguinte, a ideia e a essência do pacto também devem ser explicada a partir da relação entre as três pessoas da santíssima Trindade.

DEUS, UM DEUS PACTUAL

As Escrituras ensinam com muita clareza que Deus é, em si mesmo, um Deus pactual. Ele não é um Deus pactual por causa de alguma relação estabelecida com a criatura. A criatura pode participar e provar sua vida de acordo com a medida da criatura, mas não pode enriquecer essa vida. Assim é também com o pacto. Ele é eternamente de Deus. É eternamente perfeito nele. Ele é o Deus pactual em si mesmo. Ele é o Deus do pacto, não de acordo com um decreto ou segundo um acordo ou contrato, mas de acordo com a sua própria natureza e essência divina. Deus é de fato um em essência, mas não é sozinho em si mesmo.

Se nada mais pudesse ser dito além de Deus ser um, ele não seria e não poderia ser o Deus vivo, em si mesmo o sempre bendito. Um Deus sozinho não conhece e ama a si mesmo, não vive e não é bendito, sendo uma abstração fria e morta. Mas Deus é um em ser e três em pessoa: Pai, Filho e Espírito Santo. Como o Deus triúno, ele é o Deus vivo que vive a vida pactual perfeita em si mesmo.

Primeiro, a ideia da Trindade não nos ensina apenas que as três pessoas são coiguais em essência, mas também que elas são uma em essência. Não existem três seres divinos perfeitamente coiguais. Mas Deus é um. Ele é um em ser e natureza, um em intelecto e vontade, um em todos os seus atributos e virtudes essenciais, um em perfeição infinita. Não existem em Deus três seres, naturezas, intelectos, vontades, sabedorias e poderes divinos perfeitamente coiguais. Se esse fosse o caso, seria concebível que o pacto pudesse existir num acordo ou contrato entre essas três pessoas divinas distintas e perfeitamente iguais, que, de acordo com a apresentação de Kuyper, não possuem nenhum poder acima delas e por essa razão podem determinar sua mútua relação de uma para com a outra por um acordo ou contrato voluntário. Mas esse não é o caso. O Pai, o Filho e o Espírito Santo são coiguais em essência, pois são um em essência. Eles pensam, desejam, agem e vivem apenas na e através da única essência divina, na única natureza divina, de eternidade em eternidade, inseparáveis e não divididos.

Segundo, a verdade da Trindade nos ensina que essas três pessoas existindo numa es-



sência divina, são todavia, pessoalmente distintas de forma que cada uma delas subsiste no ser divino em sua própria maneira pessoalmente distinta. Pela unidade essencial existe distinção pessoal. O Pai é eternamente Pai, nunca Filho ou Espírito Santo. O Filho é eternamente Filho, nunca Pai e nunca Espírito Santo. O Espírito é eternamente Espírito, nunca Pai e nunca Filho.

O Pai gera o Filho eternamente; o Filho está sendo gerado pelo Pai eternamente; o Espírito Santo procede eternamente do Pai para o Filho e do Filho para o Pai. O Pai é o Pai do Filho e o gerador do Espírito do Pai. O Filho é o Filho do Pai e o gerador do Espírito do Filho. O Espírito é o Espírito do Pai e do Filho e perscruta as profundezas de Deus.

O Pai é Deus como Pai; ele pensa e deseja; vive e ama como Pai. O Filho é Deus como Filho; ele pensa e deseja; vive e ama como Filho. O Espírito Santo é Deus como Espírito; ele pensa e deseja; vive e ama como Espírito. Em Deus não existe apenas unidade essencial, mas também distinção pessoal, de forma que as pessoas são coiguais e permanecem em relação inseparável de uma para com as outras por geração e expiração. A Trindade é uma Trindade perfeita, uma plenitude de vida divina perfeita.

Nas três pessoas, Deus vive em perfeição. Ele é, nas três pessoas, o Deus perfeitamente autossuficiente. Nenhuma quarta pessoa é concebível. Nenhuma das três pessoas pode ser esquecida. O Pai dá eternamente ao Filho o ter vida em si mesmo, apresenta esse Filho eternamente a si mesmo como a imagem expressa de sua substância e como o esplendor de sua glória. O Filho permanece eternamente contemplando ao Pai, está no seio do Pai (João 1.18), e é a imagem expressa da plena glória divina do Pai (Hebreus 1.3); o Filho é a Palavra eterna. O Espírito procede eternamente do Pai para o Filho e retorna como o Espírito do Filho para o Pai. O Pai conhece a si mesmo através do Filho no Espírito. O Filho conhece o Pai através de si mesmo no Espírito. O Espírito conhece o Pai através do Filho em si mesmo. Assim, existe uma corrente eterna de amor-vida divina a partir do Pai, através do Filho, e no Espírito Santo retornando ao Pai. Três são os que testemunham no céu, o Pai, o Filho e o Espírito Santo; e esses três são um (1 João 5.7).

Essa vida trinitariana divina é a vida do pacto, pois na esfera eterna da essência divina, as três pessoas da santíssima Trindade vivem em comunhão inseparável, perfeita e eternamente completa entre si. É a vida de conhecimento eterno e perfeito, de uma participação perfeita na vida do outro, de um entendimento perfeito do outro. Na economia divina não existem segredos. O Pai nunca pensa ou deseja o que o Filho ou o Espírito Santo não pensa ou deseja. É uma vida do mais perfeito amor na qual as três pessoas da santíssima Trindade eternamente encontram um ao outro e estão eternamente unidas na mais perfeita harmonia divina em um laço de união perfeita. Em parte alguma existe separação ou desarmonia na vida divina de amizade. Portanto, Deus é em si mesmo mais que bendito; assim, ele é em si mesmo o autossuficiente, que não precisa ser servido por mãos de homens, a quem ninguém pode adicionar algo, de quem, através de quem e para quem são todas as coisas, e quem faz todas as coisas por causa do seu nome; portanto, ele é também de eternidade a eternidade o Deus actual em si mesmo, o arquiteto de toda vida actual. A vida da Trindade divina é uma vida da mais íntima comunhão de amizade.

O PACTO ENTRE DEUS E O HOMEM

Contudo, tão logo apresentamos a questão do pacto dessa forma – se a vida do pacto em Deus é uma vida da mais perfeita amizade, da mais íntima comunhão, do mais profundo conhecimento e do mais afetuoso amor – então se segue que a ideia do pacto não pode ser encontrada num acordo ou contrato. Com perfeita harmonia e comunhão de vida, com o conhecimento



perfeito e eterno de um para com os outros, e com o mais perfeito amor e unidade, a ideia de um acordo ou de firmar um pacto não se encaixa. Em tal relação, tudo é espírito e vida. A ideia do pacto é dada com a vida do Deus triúno em si mesmo. Ela surge na espontaneidade eterna a partir da essência divina e se concretiza com perfeita consciência divina nas três pessoas. Deus conhece e deseja a si mesmo, ama e busca a si mesmo eternamente como o Deus factual. O pacto é o laço de Deus consigo mesmo. É a vida eterna de luz perfeita.

Se isso é assim no próprio Deus, deve ser também aplicável à ideia factual como uma relação entre Deus e o homem. Porque todas as coisas são procedentes apenas de Deus, por meio dele, e para ele, a relação factual também nunca pode ser algo que não um reflexo ectípico da vida factual no próprio Deus. Se a essência do pacto em Deus é a comunhão de amizade, essa deve ser também a essência do pacto entre Deus e o homem. Se essa comunhão de amizade em Deus reside sobre sua perfeita unidade essencial por distinção pessoal, então esse deve ser também o caso com o pacto entre Deus e o homem: ele deve ser também baseado sobre uma semelhança entre o homem, como criatura, e Deus por distinção pessoal. Se essa comunhão de amizade na Trindade implica um conhecimento perfeito de um ao outro, então a vida factual do homem também deve consistir em conhecimento e comunhão: Deus se revela ao homem, faz com que o homem o conheça, revela seus segredos a ele, fala com ele como um amigo com o seu amigo, anda com ele, come e bebe com ele, e vive com ele sob o mesmo teto. Se a vida factual em Deus consiste na unidade das três pessoas da santíssima Trindade no laço de perfeito amor, então a relação factual entre Deus e o homem também deve se originar em Deus abrindo o seu coração para o homem.

Então a vida do pacto é a própria vida eterna. “E a vida eterna é esta: que te conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste. Eu neles, e tu em mim, a fim de que sejam aperfeiçoados na unidade” (Jo 17.3, 23). Como a versificação holandesa do Salmo 25.7 diz: “*God’s verborgen omgang vinden Zielen, daar Zijn vrees in woont; ’t Heilgeheim wordt aan Zijn vrinden, Naar Zijn vreeverbond, getoond*”.²⁵ Então o pacto é a própria essência da religião, o mais alto bem, a melhor coisa que pode ser transmitida ao homem através da graça, a maior bem-aventurança. Por certo, a ideia do pacto não é a de um contrato ou acordo, quer você conceba tal acordo num sentido unilateral ou bilateral. O pacto é a relação da mais íntima comunhão de amizade, na qual Deus reflete sua vida factual em sua relação com a criatura, dá a essa criatura vida, e faz com que ela prove e reconheça o mais alto bem e a fonte abundante de todo o bem.

O PACTO COMO O FIM

Se podemos conceber assim a própria essência do pacto, então, ele não é um caminho para certo fim, nem é um meio para o alcance de certo propósito, e não é a maneira pela qual somos salvos. Ele mesmo é o mais alto propósito, o fim, a bem-aventurança eterna, para a qual todas as coisas caminham e devem caminhar. Então, o propósito de todas as coisas é, sempre, o pacto de Deus. Então ele determina e domina o todo do conselho de Deus, e o todo da história se concentra ao redor da mais alta realização do pacto de Deus.

Esse é o único propósito na criação e recriação. Esse é o propósito da palavra, da cruz e ressurreição, e da união de todas as coisas no céu e na terra no Emanuel — Deus conosco. No

²⁵ “Sim, o segredo de Jeová é para aqueles que temem o seu Nome; com os seus amigos em terna misericórdia ele seu pacto manterá”. *The Psalter with Doctrinal Standards, Liturgy, Church Order, and added Chorale Section*. Edição reimpressa e revisada de 1912 United Presbyterian Psalter (PRC) (Grand Rapids: Eerdmans, 1995), No. 415:7.

pacto de Deus é encontrado o motivo da luta de todas as eras no mundo. No pacto é encontrada a razão para a consumação de todas as coisas. A ideia do pacto domina toda a existência, toda a vida e todas as relações entre as criaturas e Deus e entre si mesmas. A ideia do pacto é tão dominadora que não seria impossível escrever uma dogmática completa a partir do ponto de vista do pacto. O pacto de Deus não é um caminho, nem um meio, mas o destino final e o propósito dominante.

Deveria ser claro que esse conceito de pacto deve alterar a apresentação comum do *pactum salutis* ou o conselho de paz. Quem entendeu uma vez essa bela e dominante ideia do pacto cintilando de espírito e vida, por certo não pode mais ser atraído pela apresentação seca e escolástica do pacto de paz que apresenta o Pai firmando um acordo com o Filho, um acordo no qual o Pai e o Filho de forma mútua apresentam suas demandas e condições, uma apresentação na qual nenhum lugar é encontrado para o Espírito Santo. Quem aprendeu uma vez a entender a ideia pactual viva da Sagrada Escritura está convencido de forma espontânea que o conceito usual do *pactum salutis* ou conselho de paz é, por certo, um equívoco e não pode ser aplicado ao Deus vivo pactual.

Podemos adicionar algo mais. Primeiro, desejamos apontar que à parte da ideia do pacto como a deduzimos a partir da vida do próprio Deus triúno, a Escritura em outros lugares apresenta a mesma ideia do pacto entre Deus e o homem.

O SIGNIFICADO DA PALAVRA PACTO

A palavra usada na Escritura para pacto é de pouca ajuda em determinar a ideia escriturística do pacto. A derivação da palavra תִּרְבַּח [*berit*] no Antigo Testamento é incerta. Alguns pensam que a palavra é derivada de um termo que significa “cortar”. De acordo com essa interpretação, *berit* está conectado com o costume de cortar os animais do sacrifício pelo meio e colocar as metades umas defronte as outras quando um pacto era firmado, para que as partes pactuais pudessem passar entre os pedaços daqueles animais sacrificiais como um sinal e juramento da fidelidade delas. Quando o Senhor concluiu seu pacto com Abraão, de acordo com Gênesis 15.9-17, ele se adaptou a esse costume.

Contudo, de acordo com essa passagem de Gênesis, apenas o Senhor passou pelos pedaços dos animais sacrificiais; Abraão não o fez. Isso só pode significar que o Senhor não concluiu ou contratou um pacto com Abraão, mas apenas o estabeleceu. Esse é o ensino real da Escritura. Deus estabelece seu pacto. O pacto é seu. Nunca o homem se torna uma parte com Deus na conclusão de um pacto. Essa é a natureza do pacto. Como pode a criatura ser uma parte ao lado do seu criador? Como pode o homem, que não possui absolutamente nada de si mesmo, que deve receber tudo de Deus, alguma vez aparecer como uma parte contratante em relação ao Altíssimo?

De acordo com outros, o termo para pacto no Antigo Testamento significa um laço (vínculo) e deve ser derivado de uma palavra que significa “obrigação”. O fato é que o termo para pacto, aparecendo cerca de trezentas vezes no Antigo Testamento, tem mais de uma vez o significado de um testamento, e no grego é traduzido pelo termo διαθήκη [*diathēkē*], uma palavra com exatamente esse significado.

O PACTO: UMA RELAÇÃO DE AMIZADE



Para determinar a ideia do pacto, é melhor observar aquelas passagens da Escritura que falam da relação entre Deus e o seu povo do pacto. Quando assim fizermos, não poderá haver dúvidas de que a ênfase não é sobre a ideia de um acordo ou contrato, mas antes, sobre uma viva relação de amizade entre Deus e aqueles a quem ele escolheu em Jesus Cristo, Senhor deles. Nessa relação ele vive, por assim dizer, em pé de igualdade com o seu povo, se revela a eles, faz com que o conheçam, abre seu coração para eles, fala com eles face a face, como um amigo aos seus amigos, transmite seus segredos, vive sob o mesmo teto com eles, come, bebe e anda com eles.

A relação é tal, que Deus os recebe em sua própria família e, de acordo com a medida da criatura, eles entram na vida de amizade do Deus triúno, e nessa relação desfrutam a mais elevada bem-aventurança possível. Deus sempre permanece Deus e Senhor, e o homem permanece criatura e servo. A distinção entre o criador e a criatura, entre Deus e o homem, não é desfeita. Todavia, como o Senhor Deus no pacto, ele é o amigo soberano do seu povo, que os abençoa em seu favor, abençoando quem o bendiz, amaldiçoando quem o maldiz, faz do seu povo herdeiro de todas as coisas, coloca-os sobre as obras de suas mãos, e faz com que entrem em seu descanso e desfrutem dos prazeres à sua destra. Quem entra como servo no pacto de Deus é, todavia, amigo de Deus, amigo obediente, que tem a lei de Deus em seu coração e se deleita em fazer a sua vontade, cantar seus louvores, se consagrar de corpo e alma e todas as coisas ao Deus vivo, e governar em seu nome somente sobre todas as obras de suas mãos.

O ideal real da palavra de Deus é essa relação entre Deus e o seu povo do pacto. Esse foi o caso com a relação na qual Adão estava com Deus no paraíso. Deus criou o homem segundo a sua imagem e semelhança, e em virtude dessa criação o homem permaneceu em relação pactual com Deus. O pacto não foi algo adicional, mas foi dado com a própria criação de Adão segundo a imagem de Deus. É verdade que nessa relação Adão era servo. Foi Deus quem o colocou no jardim do Éden para cultivar e guardá-lo. Ele também impôs sobre ele o assim chamado mandamento probatório, e por ele, Deus colocou Adão diante da antítese e o ameaçou com morte no caso dele violar o mandamento e pisotear o pacto de Deus. Embora tudo isso seja uma manifestação da relação pactual, o pacto em si foi dado com a criação de Adão segundo a imagem de Deus. Nessa imagem, Adão possuía a semelhança da criatura necessária, que é a base de toda relação pactual. Por causa dessa semelhança, ele foi capaz de ouvir a Palavra de Deus não apenas por meio do discurso de Deus na criação, mas também por meio do discurso de Deus com ele como o de um amigo para com o seu amigo.

Em virtude dessa imagem, ele foi capaz de conhecer a Deus e entrar em seus segredos, de provar seu favor e de considerar esse favor como o bem mais elevado. Através dessa imagem ele poderia conhecer a vontade de Deus e considerar o guardar de seus mandamentos como seu bem maior. Através dessa imagem ele poderia amar ao Senhor seu Deus de todo o seu coração, mente, alma e força, e se consagrar ao Deus vivo com a criação inteira sobre a qual tinha recebido domínio. Ele não foi capaz de fazer tudo isso apenas em virtude da sua criação à imagem de Deus, mas ele também funcionou nessa relação pactual a partir do momento de sua criação. O pacto de Deus com Adão, portanto, não foi um acordo adicional, mas sem dúvidas, uma relação de amizade viva na qual o primeiro homem permaneceu com o seu Deus em virtude de ser criado segundo a imagem do próprio Deus.

Quando Adão violou o pacto de Deus por desobediência deliberada, e Deus manteve seu pacto em Cristo Jesus, a ideia do pacto não foi alterada. O pacto permaneceu a relação viva e eterna de amizade, que é possível pois em Cristo seu povo se torna conformado à imagem de Deus mais uma vez. Deus manteve seu pacto a despeito e mesmo através do pecado. Ele estabeleceu seu pacto em Cristo, e nele, esse pacto nunca pode ser destruído ou abolido. Em Cristo ele realiza seu pacto no sentido mais elevado possível na Palavra encarnada.



A queda de Adão deve servir para abrir espaço para Cristo e para um pacto melhor, mas a ideia do pacto não é alterada. Deus é um, e seu pacto é um. Na primeira revelação do pacto, Deus colocou inimizade entre a semente da mulher e a semente da serpente. Falando de forma positiva, essa inimizade, estabelecida pelo próprio Deus, era a amizade de Deus. Aqui, também, devemos notar que não existe nenhuma menção de contrato ou acordo.

O pacto é de Deus. Ele o estabelece e anuncia que será eternamente fiel ao seu pacto. Quando Deus colocou inimizade entre o homem e a serpente e sua semente, o homem foi uma vez mais recebido no pacto de Deus e se tornou participante do Deus vivo no meio do mundo. Como a amizade do mundo é inimizade contra Deus, assim também a inimizade contra a serpente e sua semente é o mesmo que amizade para com Deus.

O mesmo pensamento ocorre de forma repetida na Santa Escritura. Lemos que Enoque andou com Deus (Gn 5.22), Noé andou com Deus (Gn 6.9), e com Noé Deus estabeleceu seu pacto (v. 18). Esse andar com Deus não consiste numa certa experiência mística e indizível, mas na clara consciência do pacto de acordo com o qual Enoque e Noé eram amigos de Deus, o conheciam, serviam a ele, guardavam os seus mandamentos, confessavam o seu nome, e andavam diante dele em retidão no meio de um mundo ímpio que apostatou do Deus vivo.

Jeosafá chamou Abraão de amigo de Deus. Quando as novas foram trazidas a Jeosafá, de que um grande exército de moabitas e amonitas estava vindo contra ele para lutar, Jeosafá entrou na casa do Senhor diante do pátio novo e orou:

Ah! Senhor, Deus de nossos pais, porventura, não és tu Deus nos céus? Pois tu és dominador sobre todos os reinos das gentes, e na tua mão há força e poder, e não há quem te possa resistir. Porventura, ó Deus nosso, não lançaste tu fora os moradores desta terra, de diante do teu povo de Israel, e não a deste à semente de Abraão, teu amigo, para sempre? (2Cr 20.6-7).

Concernente a amizade de Abraão com Deus, lemos também em Isaías 41.8: “Mas tu, ó Israel, servo meu, tu Jacó, a quem elegi, semente de Abraão, meu amigo”. Mais uma vez, em Tiago 2.23: “E cumpriu-se a Escritura, que diz: E creu Abraão em Deus, e foi-lhe isso imputado como justiça, e foi chamado o amigo de Deus”.

A Abraão Deus disse: “E abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei os que te amaldiçoarem; e em ti serão benditas todas as famílias da terra” (Gn 12.3). A Abraão o Senhor revelou os pensamentos secretos do seu coração:

E disse o Senhor: Ocultarei eu a Abraão o que faço, visto que Abraão certamente virá a ser uma grande e poderosa nação, e nele serão benditas todas as nações da terra? Porque eu o tenho conhecido, que ele há de ordenar a seus filhos e a sua casa depois dele, para que guardem o caminho do Senhor, para agirem com justiça e juízo; para que o Senhor faça vir sobre Abraão o que acerca dele tem falado (Gn 18.17-19).

DEUS HABITANDO COM O SEU POVO

Em adição, a relação de Deus para com o seu povo actual é comumente indicada pela palavra “habitar”. Deus habita com o seu povo e entre ele. Ele faz seu lugar de habitação com eles, e eles habitam com ele. Isso denota comunhão e amizade. Significa que Deus come e bebe com os seus amigos, vive em intimidade com eles, não tem segredos, e faz com que eles provem



seu amor e a bem-aventurança de sua casa.

A sombra disso é encontrada no tabernáculo e mais tarde no templo. Assim, o Senhor ordenou de maneira enfática: “E me farão um santuário, e habitarei no meio deles” (Êx 25.8). Essa mesma ideia é encontrada em Êxodo 29.42-46:

Este será o holocausto contínuo por vossas gerações, à porta da tenda da congregação, perante o Senhor, onde vos encontrarei para falar contigo ali. E ali virei aos filhos de Israel para que por minha glória sejam santificados. E santificarei a tenda da congregação e o altar; também santificarei a Arão e seus filhos, para que me administrem o sacerdócio. E habitarei no meio dos filhos de Israel e lhes serei por Deus, e saberão que eu sou o Senhor, seu Deus, que os tenho tirado da terra do Egito, para habitar no meio deles; eu, o Senhor, seu Deus.

Essa habitação de Deus entre o seu povo teve sua sombra não apenas na representação do próprio Senhor no santo dos santos, mas também na construção do tabernáculo por Israel e mais tarde do próprio templo. No santo dos santos o Senhor habitava entre os querubins, mas no lugar santo, simbolicamente, o povo habitava. Havia o altar de incenso, o candelabro dourado, e a mesa dos pães da proposição, símbolos do povo de Deus sob a antiga dispensação. Embora o templo do antigo pacto certamente proclamasse que o caminho para o santuário interno não estava aberto ainda, todavia, ele foi um prenúncio muito claro da ideia do pacto, o habitar de Deus sob um teto com o seu povo.

A Escritura fala repetidas vezes desse habitar de Deus com o seu povo: “Senhor, quem habitará no teu tabernáculo? Quem morará no teu santo monte? Aquele que anda em sinceridade, e pratica a justiça, e fala verazmente segundo o seu coração” (Sl. 15:1, 2); “Bem-aventurado aquele a quem tu escolhes e fazes chegar a ti, para que habite em teus átrios; nós seremos satisfeitos da bondade da tua casa e do teu santo templo” (Sl. 65:4). Portanto, Cristo ascendeu ao alto e levou cativo o cativo e recebeu dons para os homens: “Até para os rebeldes, para que o Senhor Deus habitasse entre eles” (Sl 68.18).

Quão amáveis são os teus tabernáculos, Senhor dos Exércitos! A minha alma está anelante e desfalece pelos átrios do Senhor; o meu coração e a minha carne clamam pelo Deus vivo. Até o pardal encontrou casa, e a andorinha, ninho para si e para a sua prole, junto dos teus altares, Senhor dos Exércitos, Rei meu e Deus meu. Bem-aventurados os que habitam em tua casa; louvar-te-ão continuamente (Sl 84.1-4).

O CUMPRIMENTO DO PACTO EM CRISTO

Esse habitar de Deus com o seu povo é cumprido de forma fundamental na encarnação da Palavra, e em adição, é realizado por meio da cruz e ressurreição do nosso Senhor Jesus Cristo, mediante seu entrar no santuário interno do alto, e através do derramar do Espírito Santo na igreja. Em Cristo o pacto de Deus é realizado de forma central: “E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade” (Jo 1.14). Em Cristo o pacto de amizade que Deus estabelece com o seu povo é eternamente fixado, pois ele é Emanuel — Deus conosco, que em sua pessoa une a natureza divina conosco e em quem habita toda a plenitude de Deus corporalmente.

Por essa razão ele é centralmente o servo do Senhor colocado sobre toda a casa de Deus.



Em seu sangue o pacto de Deus é fundamentado na justiça e na verdade, e, portanto, esse sangue é o sangue do novo pacto. Em sua ressurreição o pacto de Deus é glorificado e elevado à glória mais elevada, nunca antes conhecida. Pois “o primeiro homem, da terra, é terreno; o segundo homem, o Senhor, é do céu. Qual o terreno, tais são também os terrenos; e, qual o celestial, tais também os celestiais. E, assim como trouxemos a imagem do terreno, assim traremos também a imagem do celestial” (1Co 15.47-49). Quando Cristo foi exaltado aos mais altos céus, e recebeu a promessa do Espírito Santo, ele retornou para os seus e habita por seu Espírito em sua igreja.

O PACTO E A IGREJA

A igreja se tornou o templo do Deus vivo. O véu foi rasgado, o caminho para o santuário interno se abriu, e a igreja entra na mais íntima comunhão com o Deus vivo. A oração sacerdotal de Cristo foi cumprida:

Para que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim, e eu, em ti; que também eles sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste. E eu dei-lhes a glória que a mim me deste, para que sejam um, como nós somos um. Eu neles, e tu em mim, para que eles sejam perfeitos em unidade, e para que o mundo conheça que tu me enviaste a mim e que tens amado a eles como me tens amado a mim (Jo 17.21-23).

Esse habitar de Deus com o seu povo é simbolizado na ceia do Senhor, pois não pode haver dúvida de que a ceia do Senhor consiste em eles se sentarem à mesa do Senhor e em habitar em sua casa, em comer e beber com o Deus da salvação deles. Mediante a comunhão com o seu corpo e sangue, o povo de Deus entra no pacto de amizade.

Por essa razão, a igreja recebe o seguinte mandamento:

Não vos prendais a um jugo desigual com os infiéis; porque que sociedade tem a justiça com a injustiça? E que comunhão tem a luz com as trevas? E que concórdia há entre Cristo e Belial? Ou que parte tem o fiel com o infiel? E que consenso tem o templo de Deus com os ídolos? Porque vós sois o templo do Deus vivente, como Deus disse: Neles habitarei e entre eles andarei; e eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo. Pelo que saí do meio deles, e apartai-vos, diz o Senhor; e não toqueis nada imundo, e eu vos receberei; e eu serei para vós Pai, e vós sereis para mim filhos e filhas, diz o Senhor Todo-poderoso (2Co 6.14-18).

Portanto, Cristo sempre permanece à porta da igreja para convidar a verdadeira igreja a abrir a porta para ele e se separar da falsa igreja: “Eis que estou à porta e bato; se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, entrarei em sua casa e com ele cearei, e ele, comigo” (Ap 3.20).

A REALIZAÇÃO FINAL DO PACTO

Neste mundo, essa relação pactual, embora perfeita em princípio, é ainda muito imperfeita na realidade. Ela permanece na marca de uma luta. No pacto, a igreja é da parte do Deus vivo, e mediante a graça, Deus peleja suas batalhas. Por conseguinte, ela deve colocar toda a



armadura de Deus e vigiar em oração para poder resistir e permanecer até o fim (Ef 6.13; 1Pe 4.7). Com a graça de Cristo ela recebe não apenas o crer nele, mas também o sofrer com ele. Todavia, em tudo isso ela é mais que vencedora por meio de quem a amou, pois nada poderá separá-la do amor de Deus que está em Cristo Jesus, seu Senhor (Rm 8.37-39).

Presentemente, a vitória completa está garantida para ela. Na casa do seu Pai existem muitas moradas, e Cristo entrou ali para preparar um lugar para ela. Quando ele tiver preparado um lugar para ela, ele virá mais uma vez para que ela possa estar onde ele está (Jo 14.1-3). Presentemente, os novos céus e a nova terra aparecerão quando o primeiro céu e a primeira terra tiverem passado, e o mar não mais existirá; então a santa cidade, a Nova Jerusalém de Deus descera do céu, preparada como uma esposa para o seu marido; e então será ouvida a palavra da realização final do pacto de Deus:

Eis aqui o tabernáculo de Deus com os homens, pois com eles habitará, e eles serão o seu povo, e o mesmo Deus estará com eles e será o seu Deus. E Deus limpará de seus olhos toda lágrima, e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor, porque já as primeiras coisas são passadas (Ap 21.1-4).

A partir de tudo isso, é perfeitamente evidente que o mais profundo pensamento da Escritura não é o pacto de Deus ser certo acordo entre duas partes, mas que o pacto é, no mais pleno sentido, de Deus somente. É também claro que a ideia e a própria essência do pacto não são encontrados num certo acordo ou contrato, mas na mais íntima e viva comunhão de amizade, no ser recebido na vida de amizade do próprio Deus, a vida que ele como o Triúno vive eternamente em si mesmo. Dessa vida pactual, seu pacto conosco em Cristo é a mais elevada e bela manifestação; na revelação dessa vida pactual de Deus, seu pacto conosco tem ao mesmo tempo seu propósito mais elevado, pois dele, por meio dele, e para ele são todas as coisas, a fim de que possa ser sua a glória para sempre e sempre.

É então evidente que o pacto de Deus não pode ser apresentado como um mero caminho de salvação, ou como um caminho para a vida, mas como a forma mais elevada possível de toda vida e bem-aventurança. Por essa razão o pacto de Deus é um pacto eterno. Se falarmos de um *pactum salutis* ou conselho de paz, é certamente necessário que não percamos de vista essa ideia essencial do pacto. No pacto de redenção ou conselho de paz, o pacto não pode ser apresentado como algo incidental, mas como o mais alto propósito da revelação de Deus ao redor do qual todas as coisas no conselho de Deus se concentram e para o qual todas elas são adaptadas.

O CONCEITO CORRETO DO *PACTUM SALUTIS*

Como, então, devemos conceber o comumente chamado *pactum salutis*, o qual prefiro chamar o conselho de paz? Tornou-se claro que esse conselho de paz não pode ser o mesmo que a vida pactual do próprio Deus. A vida pactual de Deus é de fato a base para o conselho de paz, mas não é o conselho de paz em si. O ser de Deus e o seu conselho devem ser distinguidos. O ser de Deus é o que ele é em si mesmo. O conselho de Deus representa aquilo que, com absoluta liberdade e soberania, ele determina e deseja. Por certo, seu conselho está sempre em harmonia com o seu ser, mas não pode, sem algo adicional, ser derivado do ser de Deus de imediato. O conselho de Deus é seu livre e soberano decreto. Se, portanto, podemos falar de um conselho de paz, esse conselho não pode ser identificado com a vida pactual no Deus triúno.

Esse conselho também não pode (como temos mostrado) ser identificado com o pacto

como Deus o estabelece com o seu servo e com a igreja eleita em Cristo Jesus nosso Senhor. Isso é o que usualmente é designado como o pacto da graça, mas deve ser distinguido do conselho de paz. O pacto da graça não é o conselho de paz em si, mas antes a revelação e realização dele. No pacto da graça, Cristo aparece como homem em sua natureza humana, e como homem ele não pode ter nenhuma participação no decreto do Deus triúno. Portanto, se podemos fazer menção de um conselho de paz, então esse conselho de paz deve residir entre a vida triúna de Deus, a base de toda relação pactual com os homens, e o pacto estabelecido com Cristo e os seus como os amigos-servos de Deus. Em outras palavras, o conselho de paz deve ser o decreto concernente ao pacto.

Tendo isso em mente e lembrando ao mesmo tempo que o pacto não pode ser concebido num sentido infralapsariano, como um meio para um fim, mas que ele mesmo é o propósito e o fim de todas as coisas nas obras de Deus, procedente dele mesmo, *definiremos o conselho de paz como o decreto eterno de Deus de revelar sua vida pactual triúna, no sentido mais elevado possível, no estabelecimento e realização de um pacto com a criatura procedente dele mesmo, num caminho de pecado e graça, de morte e redenção, para a glória do seu santo nome.*

Em outras palavras, o conselho de paz, que pode ser chamado também simplesmente de *conselho do pacto*, é a vontade eterna ou o decreto eterno de Deus de se revelar como o Deus que vive em si mesmo uma vida pactual perfeita de amizade, de fazer isso recebendo um povo em sua comunhão pactual e fazendo deles participantes, enquanto criatura e segundo a medida da criatura, da sua vida pactual, e assim, fazendo com que eles provem que o Senhor é bom. Esse é o elemento dominante no eterno beneplácito de Deus, para o qual todos os outros elementos devem ser feitos subservientes.

O CONSELHO DE PAZ E OS DECRETOS DE DEUS

À luz dessa apresentação, ficará claro que o conselho da predestinação segue de forma lógica do conselho de paz ou conselho do pacto. O conselho da predestinação serve ao conselho do pacto, assim como o conselho da providência serve ao conselho da predestinação. Usualmente, a apresentação é diferente. Quando alguém olha para a ideia do pacto como um acordo para redimir alguns, e, portanto, como um caminho para a salvação, segue-se que o conselho de paz recebe um lugar subordinado nos decretos de Deus. Então o conselho de paz serve à eleição, e tudo nos decretos de Deus é revirado. O conselho concernente à criação, à permissão da queda no decreto, e à predestinação – com eleição e reprovação – tudo isso, precede ao conselho de paz. O conselho de paz não é nada mais que o acordo entre as três pessoas da santíssima Trindade em salvar os eleitos, e o assim chamado *pactum salutis* é nada mais que um meio para a salvação dos eleitos, uma forma na qual essa salvação está sendo realizada.

De acordo com a nossa apresentação, na qual a ideia do pacto ocupa um lugar todo dominante, as relações são diferentes. Deus vive uma vida pactual perfeita em si mesmo e, portanto, se revela como o Deus pactual. Ele determina transmitir sua vida pactual, e assim se faz conhecido na glória e bem-aventurança dessa vida pactual, procedente de si mesmo. Para fazer isso, o Deus triúno ordena o Filho para se tornar mediador. Por meio dele, o pacto de Deus será revelado procedente de si mesmo (*ad extra*), e nele a vida pactual de Deus habitará centralmente. O Deus triúno, no decreto do pacto, deu o reino ao seu Filho querido,

em quem temos a redenção pelo seu sangue, a saber, a remissão dos pecados; o qual é imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; porque nele foram



criadas todas as coisas que há nos céus e na terra, visíveis e invisíveis, sejam tronos, sejam dominações, sejam principados, sejam potestades; tudo foi criado por ele e para ele. E ele é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem por ele. E ele é a cabeça do corpo da igreja; é o princípio e o primogênito dentre os mortos, para que em tudo tenha a preeminência, porque foi do agrado do Pai que toda a plenitude nele habitasse e que, havendo por ele feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, tanto as que estão na terra como as que estão nos céus (Cl 1.14-20).

Não podemos entrar numa explicação detalhada dessa passagem exaltada, na qual temos um panorama da grande obra de Deus como ele a concebeu e desejou em seu beneplácito eterno, como a realizou no tempo na criação e recriação, e como a apresentará nos novos céus e nova terra, no qual a justiça habitará. Mas é necessário chamar a atenção para alguns de seus elementos principais.

Primeiro, deveria ser muito claro que nessa passagem a obra de Deus na criação e regeneração ou recriação é contemplada a partir da perspectiva do beneplácito eterno de Deus. A obra de Deus é apresentada aqui a partir do ponto de vista do seu beneplácito eterno como a veremos apenas quando sua obra tiver sido finalmente consumada. É claro que no tempo, não Cristo, mas Adão é o primogênito de toda a criação. Mas é o beneplácito do Pai que em Cristo (não em Adão) toda a plenitude deveria habitar.

Segundo, é nítido que nessa passagem não é feita menção ao Filho como a segunda pessoa na Trindade, mas do Filho como o mediador do pacto de Deus, pois do Filho, de acordo com a sua natureza divina, não pode ser dito ser o primogênito de toda a criação. Essa expressão certamente deve ser explicada à luz da expressão similar no versículo 18, “o primogênito dentre os mortos”. Em outras palavras, assim como a expressão “primogênito dentre os mortos” lhe dá um lugar com os mortos, dentre os quais ele aparece como o primogênito, assim a expressão “primogênito de toda a criação” atribui a ele um lugar com as criaturas. Não é apropriado dizer do Filho em sua natureza divina que ele é o primogênito de toda a criação. De acordo com a sua natureza divina ele não é o primogênito, mas o unigênito. Como Filho ele não faz parte da criação, mas é o “totalmente outro”. Como o Filho ele não está no tempo, mas é o eterno.

Também, a partir do restante da passagem, é evidente que a Escritura não fala aqui do Filho na natureza divina, mas do Cristo, ou do Filho como ele foi ordenado no beneplácito eterno do Deus triúno para se tornar mediador. Nele temos redenção mediante o seu sangue, o perdão dos pecados. Ele é o cabeça do corpo, isto é, da igreja, o princípio, o primogênito dentre os mortos. Através do sangue de sua cruz Deus fez paz e reconciliou todas as coisas consigo mesmo, tanto no céu como na terra. Não pode haver dúvida, então, que a passagem fala do Filho como ele foi ordenado no decreto do Deus triúno para ser Senhor e Cristo.

Terceiro, é evidente que essa ordenação do Filho através do Deus triúno vem *primeiro* no decreto de Deus concernente a todas as suas obras procedentes de si mesmo (*ad extra*) e segue na ordem lógica imediatamente do conselho do pacto, o decreto eterno de Deus de revelar a si mesmo em toda a glória da sua vida actual. Somente essa pode ser a explicação apropriada de Colossenses 1.14-20. É o beneplácito do Pai que em Cristo deveria habitar toda a plenitude, que mediante ele toda a glória da vida actual radiasse da parte de Deus, pois Cristo é o princípio, e como o princípio é o primogênito dentre os mortos.

De fato isso soa estranho quando tentamos explicar essas palavras do ponto de vista da história. De um ponto de vista histórico, a morte e a ressurreição dentre os mortos não é o princípio, e sim a criação. Contudo, Colossenses 1 não fala sobre história, mas sobre o beneplácito do Pai, isto é, do Deus triúno. Nesse beneplácito do Pai, o que é o fim na história é o princípio no decreto. Esse fim não é a criação, mas a recriação. Não é Adão, mas Cristo. Todas as coisas

no céu e na terra, unidas em Cristo e reconciliadas com Deus: esse é o fim! Esse fim, Cristo como o primogênito dentre os mortos, é exatamente o *princípio* no conselho de Deus. Esse fim é primeiro no beneplácito de Deus. O Filho foi ordenado como o primogênito dentre os mortos para que nele habitasse toda a plenitude. Assim, no conselho de Deus, e como o primogênito dentre os mortos, o Filho é também o primogênito de toda a criação. Ele é antes de Adão, não apenas na ordem do tempo, mas também no sentido lógico. No conselho de Deus todas as criaturas seguem daquele que ressuscitou dentre os mortos, o princípio.

O princípio no primogênito dentre os mortos não é reparar a obra do princípio em Adão. Antes, Adão foi assim ordenado no conselho de Deus para que todas as coisas fossem adaptadas àquele que é o primogênito dentre os mortos. Ao redor dele, em quem, de acordo com o beneplácito do Pai, todas as coisas devem ser unidas, em quem a plenitude da divindade habitaria corporalmente, tudo está concentrado para a realização do pacto de Deus. Nem a criação, nem a queda, nem a igreja, nem a predestinação dos eleitos, nem mesmo a encarnação e a cruz estão em primeiro no beneplácito de Deus. Mas o primogênito dentre os mortos, o Cristo glorificado, é o primeiro. Ele é o primogênito de toda a criação, o princípio.

Talvez você possa chamar isso de supralapsarianismo. Não negarei isso. Você pode objetar, talvez, que nossas confissões são infralapsarianas. De novo, eu o admitiria. Mas adicionarei de imediato que embora o conceito supralapsariano não tenha sido adotado nas confissões, ele não foi condenado. Todos terão que admitir que a apresentação oferecida acima por certo está fundamentada na Sagrada Escritura. Quem pensa que isso não é verdade deveria dar uma explicação diferente daquela oferecida acima para Colossenses 1.14-20.

Essa não é a única passagem da Escritura que somos capazes de fornecer como prova para a exatidão escriturística do nosso conceito. Efésios 1.1-12, por exemplo, oferece basicamente o mesmo pensamento que Colossenses 1.14-20. Também nessa passagem tudo se concentra ao redor do mistério da vontade de Deus, que ele nos fez conhecido, de acordo com o qual na dispensação da plenitude dos tempos ele quis reunir sob uma cabeça todas as coisas em Cristo, tanto as no céu como as na terra. Apenas dessa maneira nós, que fomos predestinados antes da fundação do mundo, obtivemos uma herança para o louvor de sua glória.

Cristo é o princípio. Nele e por meio dele Deus realiza o seu pacto. A plenitude de Deus em Cristo deve, contudo, radiar de maneira multiforme: a vida actual de Deus em toda a sua plenitude, como está em Cristo Jesus, deve cintilar e se tornar manifesta nos e por meio dos corações de uma multidão tão inumerável quanto as estrelas do céu e como a areia do mar. A unidade da plenitude de Deus em Cristo pode chegar à manifestação no mais elevado sentido possível apenas na variedade e diferenciação dos muitos. Por conseguinte, no decreto do pacto de Deus e sobre sua eleição de Cristo, a eleição da igreja segue de imediato.

O PACTO E A PREDESTINAÇÃO

A reprovação está diretamente conectada à eleição, mas não pode ser colocada em pé de igualdade com a eleição. A reprovação segue a eleição, e a reprovação serve a eleição. A reprovação tem o seu motivo na vontade divina de realizar o pacto na forma antitética de pecado e graça. A plenitude da deidade habita no Cristo ressurreto. Das profundezas da miséria e da morte, Cristo adentra a glória da plena vida actual de Deus. Esse caminho do sofrimento à glória, do pecado à justiça do reino dos céus, da morte para a vida, é no qual a igreja deve seguir. À medida que a igreja segue esse caminho, a superfície réproba do organismo humano serve à igreja em Cristo. Na superfície da reprovação a essência eleita se torna madura. Por essa razão,



a reprovação não pode ser alinhada com a eleição.

A eleição é a pré-ordenação divina da igreja, com seus milhões de eleitos, para a salvação na vida do pacto de Deus em Cristo. A igreja serve a Cristo. A igreja eleita é dada a Cristo como o seu corpo. Ela deve servir para manifestar e radiar numa forma multiforme a glória de Cristo Jesus, a qual é a glória de Deus. Por essa razão, os eleitos são aqueles que são dados pelo Pai a Cristo. Aqueles que são dados formam uma unidade. Todo *aquele* (no singular) que o Pai me dá, esse virá a mim; e *aqueles* (no plural) que vêm a mim, de modo nenhum os lançarei fora (Jo 6.37, versão do autor).

Esse é o ensino da Escritura. Contra essa apresentação tem sido objetado que a palavra eleição é uma tradução do grego ἐκλογή [eklogē], que na verdade significa “escolher dentre”. A partir disso, argumenta-se ser é possível falar de eleição ou escolha dentre, então se pressupõe a existência de uma multidão dentre a qual a escolha é feita. Aplicado à eleição eterna, isso significaria que no decreto de Deus, a multidão de homens dentre a qual Deus elege seu povo deve preceder a própria eleição. Então, conclui-se que, no conselho de Deus, o decreto de criação e a permissão da queda por certo devem preceder o decreto de predestinação. Por conseguinte, Deus escolheu dentre uma multidão de homens caídos.

Por detrás dessa apresentação, sem dúvidas, reside a boa intenção de não fazer de Deus o autor do pecado. Em primeiro lugar, podemos observar que, de fato, deve estar longe de nós fazer de Deus o autor do pecado. Contudo, essa é uma questão inteiramente diferente, se Deus deve ou não ser apresentado como a causa decretiva do fato da queda e do pecado. Se não quisermos destronar Deus e apresentar Deus e o pecado como um dualismo, por certo devemos manter que Deus é a causa decretiva do fato do pecado.

Em segundo lugar, o infralapsariano, a despeito de todas as suas boas intenções, não resolve, no final das contas, o problema do pecado em relação a Deus mais que o supralapsariano o faz. O infralapsariano também terá de dar ao pecado um lugar no decreto de Deus.

Com respeito à argumentação a partir da palavra ἐκλογή [eklogē — *eleger*], podemos dizer que ela repousa sobre má compreensão. Esse equívoco é que a pessoa aplica a Deus o aplicável apenas aos homens. Quando os homens elegem, nada vem à existência por causa disso. Os homens podem apenas fazer distinção e separação. Por conseguinte, quando os homens escolhem, aquilo dentre o qual a escolha é feita deve existir primeiro. Mas com Deus é exatamente o oposto. Com ele, a eleição é causal, criativa e divina.

Essa distinção é a mesma daquela entre a palavra divina e a palavra humana. A palavra de Deus é criativa. Essa palavra vem primeiro. A coisa que vem à existência por meio da palavra vem em seguida. A palavra do homem pode ser apenas uma imitação da palavra de Deus. Antes que o homem possa falar, a coisa criada deve primeiro ter vindo à existência pela palavra de Deus. O mesmo é verdade da eleição. Quando Deus em seu decreto *escolhe dentre*, então por meio desse decreto, a diferenciação ou a multidão diferenciada vem à existência. Em outras palavras, a eleição de Deus é primeiro de tudo pré-ordenada para a salvação e para a glória da vida actual em Cristo.

Assim é na Escritura. Em outra conexão já apontamos o fato que a Escritura fala de uma eleição antes da fundação do mundo: “Nos elegeu nele antes da fundação do mundo” (Ef 1.4). Isso não significa que este “antes da fundação do mundo” é apenas antes do mundo ou da fundação do mundo no tempo. A eternidade, na qual reside o decreto de Deus, não *precede* o tempo, mas está muito acima do tempo; ela não é tempo.

Além disso, com frequências, a Escritura fala do fato que Deus conhece o seu povo:

Porque os que dantes conheceu, também os predestinou para serem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que ele seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que predestinou, a esses também chamou; e aos que chamou, a esses também justificou;



e aos que justificou, a esses também glorificou (Rm 8.29-30).

Em 1 Pedro 1.2 lemos: “Eleitos segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e aspersão do sangue de Jesus Cristo”.

Esse pré-conhecimento de Deus não pode e não deve ser explicado de uma forma humana, como o arminiano deseja explicá-lo. Então pegamos a ideia de uma *presciência* de Deus, de um ver desde a eternidade quem irá e quem não irá crer em Cristo e perseverar até o fim, e de uma eleição baseada sobre esse pré-conhecimento. De acordo com tal apresentação, o que é aplicável apenas ao conhecimento humano é aplicado a Deus. Antes, esse pré-conhecimento de Deus é um conhecer criativo de amor, pelo qual o objeto vem a estar diante de Deus, e a corrente de amor soberano jorra dele. Apenas sob essa luz podemos entender uma passagem como Isaías 43.4: “Visto que foste precioso aos meus olhos, digno de honra, e eu te amei, darei homens por ti e os povos, pela tua vida”. Devemos ver Isaías 49.16 na mesma luz: “Eis que, na palma das minhas mãos, te tenho gravado; os teus muros estão continuamente perante mim.”

Essa, então, é a conclusão do assunto concernente ao pacto de Deus: Deus quer revelar sua vida actual gloriosa a nós; como o Deus triúno, ele ordena seu Filho para ser Cristo e Senhor, o primogênito de toda a criação, o primogênito dentre os mortos, o glorificado, em quem habita toda a plenitude da divindade; para esse fim ele ordena a igreja e lhe dá a Cristo, e ele elege por seu nome todos aqueles que na igreja terão um lugar para sempre, para que a plenitude [πλήρωμα — plērōma] de Cristo possa cintilar numa variação multiforme na igreja para o louvor de sua glória. Ao redor desse Cristo e sua igreja e desse propósito da revelação da glória da vida actual de Deus, todas as coisas, no tempo e na eternidade duradoura, se concentram. O fim disso tudo é que nos prostremos em adoração perante esse glorioso Deus soberano e exalcemos,

Ó profundidade das riquezas, tanto da sabedoria, como da ciência de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Porque quem compreendeu o intento do Senhor? Ou quem foi seu conselheiro? Ou quem lhe deu primeiro a ele, para que lhe seja recompensado? Porque dele, e por ele, e para ele são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém! (Rm 11.33-36).

M

V